

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

**CURSO DE
DIREITO PENAL**

PARTE GERAL

ARTS. 1^º A 120 DO CÓDIGO PENAL

VOL. 1

**6^a
edição**

revista,
atualizada
e ampliada



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 29.10.2021

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Fabrício Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de direito penal: parte geral: arts. 1º a 120 do Código Penal / Guilherme de Souza Nucci. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-596-4238-0

1. Direito penal – Brasil. I. Título.

21-74152

CDU: 343.21(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

CAPÍTULO I – Introdução ao Direito Penal	1
1. Noções introdutórias.....	1
1.1. Conceito de direito penal.....	1
1.2. Direito penal objetivo e subjetivo	3
1.3. Direito penal comum e especial	3
1.4. Direito penal internacional e direito internacional penal.....	4
1.5. Direito penal (substantivo) e processual (adjetivo).....	5
1.6. Finalidade e função do direito penal	5
1.7. Política criminal	13
1.7.1. As velocidades do direito penal.....	15
1.7.2. A vítima no direito penal	17
1.8. Criminologia.....	17
1.9. Bem jurídico	20
2. Relacionamento do direito penal com outros ramos jurídicos	21
2.1. Direito penal e constitucional.....	21
2.2. Direito penal e civil	22
2.3. Direito penal e administrativo.....	22
2.4. Direito penal e tributário	23
2.5. Direito penal e processual penal	23
2.6. Direito penal e processual civil.....	24
2.7. Direito penal e empresarial.....	24

2.8. Direito penal e execução penal.....	24
2.9. Direito penal e penitenciário	24
2.10. Direito penal e infância e juventude	25
2.11. Direito penal e ambiental	25
2.12. Direito penal e econômico	26
2.13. Direito penal e consumidor	26
2.14. Direito penal e trabalhista.....	26
2.15. Direito penal e previdenciário	26
2.16. Direito penal e militar.....	27
2.17. Direito penal e eleitoral	27
3. Relacionamento do direito penal com outras ciências	27
3.1. Direito penal e psicologia.....	27
3.2. Direito penal e psiquiatria.....	28
3.3. Direito penal e sociologia.....	28
3.4. Direito penal e antropologia.....	28
3.5. Direito penal e medicina legal	28
Resumo do capítulo	29
CAPÍTULO II – Evolução Histórica do Direito Penal	31
1. Direito penal primitivo	31
2. Direito penal romano.....	36
3. Direito penal germânico.....	37
4. Direito penal canônico	38
5. Direito penal <i>comum</i> seguido do período humanitário.....	39
Resumo do capítulo	40
CAPÍTULO III – Escolas Penais	41
1. Escola clássica	41
2. Escola positiva.....	46
3. Escolas mistas.....	48
3.1. <i>Terza scuola italiana</i>	48
3.2. Escolas ecléticas e a luta das escolas.....	49
4. Escola da defesa social	49
5. Escola da nova defesa social.....	50
Resumo do capítulo	53
CAPÍTULO IV – História do Direito Penal Brasileiro	55
1. Brasil colônia.....	55
2. Brasil império.....	57
3. Brasil república	58
4. Brasil atual	58
Resumo do capítulo	59

4.2.1.4.	Vedação da dupla punição pelo mesmo fato.....	104
4.2.1.4.1.	Conceito e aplicação prática.....	104
4.2.1.4.2.	Correlação com a individualização da pena.....	104
4.2.1.4.3.	A constitucionalidade da aplicação da reincidência.....	105
4.2.1.4.4.	Absorção do perigo pelo dano.....	105
4.2.2.	Concernente ao indivíduo.....	106
4.2.2.1.	Culpabilidade.....	106
4.2.2.1.1.	Conceito e relevância.....	106
4.2.2.1.2.	Dolo e culpa: iniciando uma nova abordagem.....	108
4.2.2.1.3.	Responsabilidade penal objetiva, sua extensão na teoria do tipo e o enfoque da embriaguez voluntária ou culposa.....	109
4.2.2.1.4.	Culpabilidade no campo da aplicação da pena.....	112
4.2.2.1.5.	Culpabilidade no processo penal.....	113
	Resumo do capítulo.....	114
CAPÍTULO VI – Fontes do Direito Penal e Interpretação das Leis Penais.....		119
1.	Fontes do direito penal e do processo penal.....	119
1.1.	Fontes materiais.....	119
1.2.	Fontes formais.....	122
1.2.1.	Alguns instrumentos de criação do tipo penal: enfoques do tipo aberto, do tipo remissivo e da norma penal em branco.....	124
1.2.2.	Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva.....	127
1.2.3.	Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma processual penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva.....	127
1.2.4.	Medida de segurança: aspectos cautelares e executórios.....	127
1.2.5.	Plebiscito e referendo.....	128
1.2.6.	Interpretação e integração do direito penal.....	129
1.2.6.1.	Conceito de interpretação.....	129
1.2.6.2.	Espécies de interpretação.....	129
1.2.6.3.	Outras formas de interpretação e fontes indiretas.....	139
1.2.6.4.	Analogia.....	145
	Resumo do capítulo.....	147

CAPÍTULO VII – Legalidade e Anterioridade da Lei Penal.....	151
1. Legalidade.....	151
1.1. Mera legalidade e estrita legalidade.....	151
1.2. Legalidade como garantia humana fundamental.....	152
1.3. Legalidade material e formal.....	154
1.4. Leis escritas.....	154
2. Anterioridade.....	155
3. Extensão da palavra <i>crime</i>	156
4. Aplicação da legalidade para qualquer sanção penal.....	156
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	157
6. Normas penais em branco.....	158
6.1. Conceito.....	158
6.2. Intermitência da norma penal em branco.....	159
6.3. Confronto entre normas penais em branco, tipos penais remetidos e normas imperfeitas ou incompletas.....	160
Resumo do capítulo.....	161
CAPÍTULO VIII – Aplicação da Lei Penal no Tempo.....	163
1. Conceito e alcance da lei penal no tempo.....	163
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito).....	164
2.1. Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in mellius</i>).....	164
2.1.1. Lei penal inconstitucional benéfica.....	164
2.2. Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>).....	165
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i>	166
4. Combinação de leis penais e lei penal intermediária.....	168
4.1. Lei publicada com erros.....	170
4.2. Lei penal corretiva ou interpretativa.....	170
4.3. A combinação de leis penais no contexto da delação premiada.....	171
5. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	172
5.1. Competência para aplicação de interpretação mais benéfica de lei penal.....	172
6. Crime permanente e lei penal prejudicial ao réu.....	173
7. Crime continuado e lei penal prejudicial ao réu.....	174
8. Retroatividade da lei processual penal benéfica.....	174
9. Leis intermitentes.....	175
9.1. Conceito.....	175
9.2. Extensão e eficácia.....	176
Resumo do capítulo.....	178
Esquemas.....	179

CAPÍTULO IX – Tempo e Lugar do Crime	183
1. Tempo do crime.....	183
2. Alcance da teoria da atividade.....	184
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas	184
4. Teorias sobre o lugar do crime.....	185
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do Código Penal e o art. 70 do Código de Processo Penal.....	185
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	187
Resumo do capítulo	187
CAPÍTULO X – Aplicação da Lei Penal no Espaço	189
1. Territorialidade e extraterritorialidade.....	189
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço	189
3. Conceito de território e seus elementos	190
3.1. Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos	190
3.2. Espaço aéreo.....	190
3.2.1. Correção da parte final do § 1.º do art. 5.º do Código Penal.....	191
3.3. Mar territorial brasileiro.....	191
4. Território brasileiro por equiparação.....	192
4.1. Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	192
4.2. A lei penal e a Convenção de Tóquio	193
4.3. Crime cometido em lugar não pertencente a qualquer país.....	194
5. Critérios para a extraterritorialidade	194
5.1. Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	194
5.2. Princípios regentes da extraterritorialidade.....	194
5.3. Crítica à extraterritorialidade incondicionada.....	195
6. Extradicação.....	197
6.1. Conceito, espécies e fonte legislativa	197
6.2. Requisitos para a concessão	197
6.3. Diferenças em face de repatriação, deportação e expulsão.....	202
6.3.1. Diferenças em face de transferência de execução da pena e transferência de pessoa condenada.....	203
6.4. Importância da extradicação	204
6.5. Tribunal Penal Internacional	204
6.5.1. Introdução	204
6.5.2. Competência do Tribunal Penal Internacional	205
6.5.3. Dos crimes previstos no Estatuto de Roma	206
6.5.4. Dos direitos e garantias humanas fundamentais.....	210
6.5.5. Conclusão	211
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal.....	212

8.	Outras exceções à regra da territorialidade	213
8.1.	Tratados e convenções	213
8.2.	Regras de direito internacional.....	214
8.3.	Imunidades diplomáticas	214
8.3.1.	Abrangência, extensão e exclusão da imunidade	214
8.3.2.	Características das imunidades diplomáticas.....	215
8.4.	Imunidades consulares	216
8.5.	Possibilidade de renúncia.....	217
8.6.	Imunidades parlamentares.....	218
8.6.1.	Imunidade substantiva.....	218
8.6.2.	Natureza jurídica da imunidade substantiva	218
8.6.3.	Características da imunidade substantiva.....	219
8.6.4.	Imunidade processual.....	221
8.7.	Outras imunidades e foros privilegiados	222
8.7.1.	Deputados estaduais	222
8.7.2.	Vereadores	222
8.7.3.	Advogados.....	223
8.7.4.	Prefeitos	224
	Resumo do capítulo	224
	Esquema.....	227
CAPÍTULO XI – Eficácia de Sentença Estrangeira		229
1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	229
2.	Hipóteses para a homologação	230
2.1.	Reparação civil do dano causado à vítima	230
2.2.	Aplicação de medida de segurança	230
2.3.	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro	230
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação.....	231
	Resumo do capítulo	231
CAPÍTULO XII – Contagem de Prazo e Frações da Pena		233
1.	Prazos penais e processuais penais.....	233
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo	233
3.	Frações não computáveis da pena	234
	Resumo do capítulo	234
	Esquema.....	235
CAPÍTULO XIII – Conflito Aparente de Normas		237
1.	Conceito.....	237
1.1.	Diferença entre concurso formal e concurso aparente de normas....	238
2.	Critério da sucessividade.....	238

3. Critério da especialidade	238
4. Critério da subsidiariedade (tipo de reserva)	240
5. Critério da absorção (ou consunção).....	241
6. Critério da alternatividade	241
Resumo do capítulo	243
Esquemas	243
CAPÍTULO XIV – Teoria do Crime	247
1. Conceito de crime	247
1.1. Conceito material.....	247
1.2. Conceito formal.....	248
1.3. Conceito analítico	249
1.3.1. Teoria nacional bipartida do fato típico e antijurídico, tendo a culpabilidade como pressuposto de aplicação da pena	254
2. Princípios elementares do crime	258
2.1. Causalismo	259
2.2. Neokantismo (teoria neoclássica)	260
2.3. Finalismo.....	261
2.4. Teoria social da ação	263
2.5. Funcionalismo	263
2.5.1. Teleológico.....	264
2.5.2. Sistemico.....	267
2.6. Teoria da ação significativa	268
2.7. Síntese	272
3. Diferença entre crime e contravenção penal	274
Resumo do capítulo	275
Esquemas	277
CAPÍTULO XV – Sujeitos e Objetos do Crime	281
1. Sujeito ativo	281
1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crime.....	282
1.1.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica além da fronteira do crime ambiental.....	284
2. Sujeito passivo.....	286
3. Objetos do crime	286
3.1. Objeto material.....	286
3.2. Objeto jurídico.....	287
Resumo do capítulo	287
CAPÍTULO XVI – Classificação dos Crimes.....	289
1. Base científica da classificação.....	289
2. A classificação artificial	290

3. As classificações mais relevantes	290
3.1. Crimes comuns e próprios	290
3.1.1. Crimes de mão própria	291
3.2. Crimes instantâneos e permanentes	292
3.2.1. Os crimes instantâneos de efeitos permanentes (delitos de estado)	293
3.3. Crimes comissivos e omissivos (próprios e impróprios)	294
3.4. Crimes de atividade e de resultado (materiais, formais, mera conduta e exauridos)	295
3.5. Crimes de dano e de perigo	295
3.6. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	299
3.7. Crimes simples e complexos	299
3.8. Crimes progressivos e progressão criminosa	300
3.9. Crime habitual	301
3.10. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	302
3.11. Crimes de forma livre e de forma vinculada	302
3.12. Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas)	302
3.13. Crimes remetidos	303
3.14. Crimes condicionados	303
3.15. Crimes de atentado (ou de empreendimento)	303
3.16. Crimes militares próprios e impróprios	303
3.17. Crimes comuns e políticos	304
Resumo do capítulo	304
CAPÍTULO XVII – Tipo e Tipicidade	307
1. Primeiras considerações	307
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura	308
2.1. Elementos do tipo penal incriminador	309
2.2. Classificação do tipo	311
2.2.1. Tipo fechado e aberto	311
2.2.2. Tipo objetivo e subjetivo	311
2.2.3. Tipo básico e derivado	312
2.2.4. Tipo simples e misto	312
2.2.5. Tipo de injusto (ou tipo-total de injusto)	313
2.2.6. Tipo indiciário	313
2.2.7. Tipo permissivo	314
2.2.8. Tipo formal e material	314
2.2.9. Tipo conglobante	318
2.2.10. Tipo congruente e incongruente	318
2.2.11. Tipo normal e anormal	319
2.2.12. Tipo de tendência interna subjetiva transcendente	319

2.2.13. Tipo remetido	319
2.2.14. Tipo de ação	319
2.3. Tipicidade.....	320
2.3.1. Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.....	320
3. Excludentes de tipicidade	321
3.1. Princípio da adequação social	322
3.1.1. Lesões na prática de esportes.....	322
3.2. Princípio da insignificância	322
3.2.1. Antecedentes do agente.....	322
3.2.2. Violência doméstica	323
Resumo do capítulo	323
CAPÍTULO XVIII – Conduta e Resultado	325
1. Conceito de conduta	325
2. Elementos da conduta.....	327
2.1. Enfoque particular da hipnose	329
2.2. Enfoque particular da omissão.....	331
2.3. Ações em curto-circuito e gestos habituais ou mecânicos.....	331
3. Conceito de resultado	332
Resumo do capítulo	333
CAPÍTULO XIX – Elementos Subjetivos do Crime: Dolo e Culpa	335
1. Conceito de dolo.....	335
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico.....	337
3. Características do dolo	337
4. Conceito de dolo direto	338
4.1. Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	338
5. Conceito de dolo indireto ou eventual	339
5.1. Dolo eventual nos graves delitos de trânsito	340
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual.....	340
6.1. Sobre a aplicação da pena.....	342
7. Outras classificações do dolo	342
7.1. Dolo alternativo.....	342
7.2. Dolo cumulativo	343
7.3. Dolo antecedente.....	343
7.4. Dolo subsequente	344
7.5. Dolo geral	344
8. Conceito de culpa.....	345
8.1. Culpa e tipicidade.....	346
9. Distinção entre culpa inconsciente e consciente.....	346
10. Elementos da culpa	347
10.1. Princípio da confiança.....	349

11. Situações peculiares no campo da culpa	350
11.1. Culpa presumida	350
11.2. Graus de culpa	350
11.3. Compensação de culpas	351
11.4. Concorrência de culpas	351
11.5. Culpa imprópria	352
12. Espécies de culpa	352
12.1. Imprudência.....	352
12.1.1. Sucessão de imprudências.....	353
12.2. Negligência.....	353
12.3. Imperícia.....	353
12.3.1. Distinção entre imperícia e erro profissional	354
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual	354
Resumo do capítulo	356
Esquemas	359
CAPÍTULO XX – Nexo Causal	363
1. Conceito de nexo causal	363
1.1. Causa.....	363
1.2. Resultado.....	364
2. Teorias do nexo causal	365
2.1. Equivalência dos antecedentes	365
2.2. Causalidade adequada	365
2.3. Imputação objetiva.....	366
2.3.1. Avaliação da imputação objetiva por meio de exemplos	368
2.3.2. Crítica à teoria da imputação objetiva.....	371
2.3.2.1. Crítica à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo	373
2.3.2.2. Críticas às teorias da equivalência dos anteceden- tes e da causalidade adequada	374
3. Causas independentes e relativamente independentes.....	375
3.1. Concausas e seus efeitos	376
4. Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impró- prios.....	377
4.1. Natureza jurídica da omissão própria.....	378
4.2. Natureza jurídica da omissão imprópria e significado da expressão <i>penalmente relevante</i>	378
4.2.1. A expressão podia agir.....	379
4.3. Dever de agir advindo de lei	379
4.4. Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resul- tado.....	380
4.5. Dever de agir por ter gerado o risco	380

4.6.	Questões controversas no cenário do nexu causal.....	380
4.6.1.	Omissão de socorro quanto ao agressor.....	380
4.6.2.	Relação de garantia entre pais e filhos maiores.....	381
4.6.3.	Relação de garantia em relacionamentos diversos.....	381
4.6.4.	Concorrência de ações em homicídio	382
4.6.5.	O surgimento de novas causas geradoras do dever de garante	382
	Resumo do capítulo	383
	Esquemas	386
CAPÍTULO XXI – Crimes Qualificados pelo Resultado.....		391
1.	Conceito.....	391
2.	Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso	392
3.	Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador	393
4.	Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	393
	Resumo do capítulo	395
CAPÍTULO XXII – Ilicitude		397
1.	Conceito de ilicitude (antijuridicidade)	397
1.1.	Terminologia.....	397
1.2.	Ilicitude formal e material.....	398
2.	Excludentes de ilicitude	399
3.	Elemento subjetivo nas excludentes.....	401
4.	Estado de necessidade.....	404
4.1.	Conceito e fundamento	404
4.2.	Espécies de estado de necessidade	404
4.2.1.	Estado de necessidade justificante e exculpante.....	404
4.2.2.	Estado de necessidade agressivo e defensivo	406
4.3.	Requisitos do estado de necessidade	407
4.3.1.	Existência de perigo atual.....	407
4.3.2.	Involuntariedade na geração do perigo.....	407
4.3.3.	Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão.....	409
4.3.4.	Proteção a direito próprio ou de terceiro	409
4.3.5.	Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado.....	410
4.3.5.1.	A recusa de transfusão de sangue por testemunhas de Jeová	410
4.3.5.2.	A recusa da transfusão de sangue em crianças e adolescentes provocada pelos pais ou representante legal	411
4.3.6.	Dever legal de enfrentar o perigo.....	412
4.4.	Causa de diminuição de pena.....	412
4.5.	Indispensabilidade da prova	412

5. Legítima defesa	413
5.1. Conceito e fundamento	413
5.2. Elementos da legítima defesa.....	414
5.2.1. Conceito de agressão.....	414
5.2.1.1. Cautela na verificação das posições de agressor e vítima.....	415
5.2.2. Injustiça da agressão	416
5.2.3. Atualidade ou iminência da agressão	416
5.2.3.1. Legítima defesa presumida	417
5.2.4. Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	417
5.2.4.1. Legítima defesa de terceiro e consentimento do agredido.....	418
5.2.5. Utilização dos meios necessários para a reação	419
5.2.6. Moderação da reação	420
5.2.7. Proporcionalidade na legítima defesa.....	421
5.2.7.1. Ofendículos.....	421
5.2.7.1.1. Conceito e natureza jurídica.....	421
5.2.7.1.2. Critérios para a sua utilização	422
5.2.7.1.3. Uso de animais	424
5.2.7.1.4. Exemplos de ofendículos	425
5.3. Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa	426
5.3.1. Legítima defesa da honra	426
5.3.1.1. Legítima defesa da honra no contexto do adultério	427
5.3.2. Legítima defesa da honra <i>versus</i> legítima defesa efetiva: a tragédia da Piedade (o assassinato de Euclides da Cunha)....	430
5.3.3. Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude	434
5.3.4. Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	434
5.3.5. Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	435
5.3.6. Legítima defesa sucessiva	435
5.3.7. Legítima defesa contra multidão	436
5.3.8. Legítima defesa contra provocação.....	436
5.3.9. Legítima defesa nas relações familiares.....	436
5.3.10. Legítima defesa por omissão.....	437
5.3.11. Legítima defesa praticada por inimputáveis	438
5.3.12. Legítima defesa da comunidade	438
5.3.13. Legítima defesa contra animais	439
5.3.13.1. Legítima defesa em prol de animais	439
5.3.14. Legítima defesa contra atos preparatórios	439
5.3.15. Legítima defesa contra crime impossível	439
5.3.16. Legítima defesa putativa e pretexto de legítima defesa	440

5.3.17. Legítima defesa contra autoridades e agentes policiais	440
5.3.18. Legítima defesa em favor de refém	441
6. Estrito cumprimento do dever legal	441
6.1. Conceito e fundamento	441
6.2. Situações específicas de cumprimento do dever legal	442
7. Exercício regular de direito	442
7.1. Conceito e fundamento	442
7.1.1. Diferenças entre o estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito	443
7.2. Situações específicas de exercício regular de direito	443
7.2.1. Utilização de cadáver por faculdade de medicina	444
7.3. Hipóteses polêmicas no contexto do exercício regular de direito	444
7.3.1. O estupro da esposa praticado pelo marido	444
7.3.2. O trote acadêmico ou militar	445
7.3.3. Os castigos dos pais e dos professores	445
7.3.3.1. Correção disciplinar de filho alheio	445
7.3.4. As lesões praticadas no esporte	445
8. Consentimento do ofendido	446
8.1. Conceito e fundamento	446
8.1.1. Consentimento do ofendido e tipicidade	448
8.2. Requisitos da excludente do consentimento do ofendido	450
9. Excessos no contexto das excludentes	451
9.1. Excesso doloso	452
9.2. Excesso culposo	452
9.3. Excesso exculpante	452
9.4. Excesso acidental	453
9.5. Excessos intensivo e extensivo	453
Resumo do capítulo	454
Esquema	455
CAPÍTULO XXIII – Culpabilidade	457
1. Conceito e fundamento	457
1.1. Culpabilidade formal e material	458
1.2. Culpabilidade	458
1.3. Tipo positivo e negativo de culpabilidade	459
1.4. Culpabilidade do fato e do autor	459
2. Teorias da culpabilidade	461
2.1. Psicológica (causalista)	461
2.2. Psicológico-normativa (neokantista ou clássica)	462
2.3. Normativa pura (finalista)	462
2.4. Funcionalista	463
2.5. Significativismo	464
2.6. Síntese	466

3.	Excludentes de culpabilidade.....	468
3.1.	Excludentes concernentes ao agente do fato.....	468
3.1.1.	Imputabilidade penal.....	468
3.1.2.	Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	468
3.1.2.1.	Conceito de doença mental.....	469
3.1.2.2.	Conceito de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	470
3.1.2.3.	A questão do indígena.....	471
3.1.2.4.	Doenças da vontade e personalidades antissociais... ..	471
3.1.2.5.	Importância da perícia médica.....	472
3.1.2.6.	Natureza jurídica da decisão absolutória imprópria.....	473
3.1.2.7.	Conceito de perturbação da saúde mental.....	473
3.1.2.8.	CrITÉrio para a diminuição da pena e isenção de pena.....	473
3.1.3.	A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>).....	473
3.1.4.	Embriguez decorrente de vício.....	474
3.1.5.	Menoridade.....	475
3.1.5.1.	Início da maioridade penal aos 18 anos.....	476
3.1.5.2.	Inimputabilidade e crime permanente.....	476
3.2.	Excludentes concernentes ao fato.....	477
3.2.1.	Coação moral irresistível.....	477
3.2.1.1.	Elementos da coação moral irresistível.....	477
3.2.1.2.	Existência de apenas duas pessoas no âmbito da coação moral irresistível.....	479
3.2.2.	Elementos da obediência hierárquica.....	479
3.2.2.1.	Análise da legalidade da ordem.....	480
3.2.2.2.	Punição do coator ou do autor da ordem.....	481
3.2.3.	Embriguez decorrente de caso fortuito ou força maior.....	481
3.2.3.1.	Embriguez voluntária ou culposa.....	481
3.2.3.2.	Embriguez voluntária e legítima defesa putativa	482
3.2.3.3.	A teoria da <i>actio libera in causa</i>	483
3.2.3.4.	<i>Actio libera in causa</i> e consentimento do ofendido	485
3.2.3.5.	Caso fortuito ou força maior.....	486
3.2.3.6.	Embriguez incompleta fortuita.....	486
3.2.4.	Inexigibilidade de conduta diversa.....	486
4.	Emoção e paixão.....	488
4.1.	Emoção.....	488
4.1.1.	Espécies de emoções.....	489
4.2.	Paixão.....	489
	Resumo do capítulo.....	489

CAPÍTULO XXIV – Erro de Tipo e Erro de Proibição	493
1. Erro e ignorância	493
2. Erro de tipo	493
2.1. Elemento constitutivo do tipo	495
2.2. Permissão para punição por crime culposos.....	495
2.3. Erro escusável e inescusável.....	496
2.4. Erro essencial e acidental	496
2.5. Erro quanto à pessoa.....	497
2.6. Erro determinado por terceiro	497
3. Erro de proibição	497
3.1. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude ...	498
3.2. Erro de proibição escusável e inescusável	498
3.2.1. Critérios para identificar o erro inescusável ou evitável	499
3.3. Diferença entre crime putativo e erro de proibição	499
3.4. Conceito de descriminantes putativas.....	499
3.4.1. Divisão das descriminantes putativas.....	500
3.4.2. Natureza jurídica das descriminantes putativas	500
Resumo do capítulo	501
Esquemas	503
CAPÍTULO XXV – Crime Consumado e Tentativa	507
1. Crime consumado	507
2. Tentativa.....	507
2.1. Conceito de crime tentado.....	507
2.1.1. Significado da expressão “salvo disposição em contrário”...	508
2.1.2. Tentativa qualificada	508
2.2. Natureza jurídica da tentativa.....	508
2.3. Teorias fundamentadoras da punição da tentativa	509
2.4. Dolo e culpa na tentativa.....	510
2.5. Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	510
2.6. Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime.....	511
2.7. Tentativa e dolo eventual.....	514
2.8. Tentativa e crime de ímpeto.....	517
2.9. Infrações que não admitem a tentativa	518
2.10. Critério para a diminuição da pena na tentativa.....	520
2.11. Distinção entre tentativa perfeita e imperfeita	521
2.12. Diferença entre crime falho e tentativa falha.....	521
3. Desistência voluntária.....	521
3.1. Conceito e natureza jurídica	521
3.2. Desistência momentânea	523
3.3. A questão da execução retomada.....	523

4. Arrependimento eficaz	524
4.1. Conceito e natureza jurídica	524
4.2. Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	525
4.3. Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa	525
5. Arrependimento posterior	525
5.1. Conceito e natureza jurídica	525
5.2. Requisitos para a aplicação	525
5.2.1. Violência culposa, presumida e imprópria	526
5.2.2. A indevida reparação	527
5.2.3. Necessidade de efeito patrimonial	527
5.2.3.1. A reparação do dano moral	528
5.2.4. Negativa da vítima em receber a indenização ou a coisa	528
5.2.5. Voluntariedade e espontaneidade	529
5.2.6. Critérios para a diminuição	529
5.2.7. Análises das Súmulas 554 e 246 do STF	530
5.2.8. Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	530
6. Crime impossível	531
6.1. Conceito e natureza jurídica	531
6.2. Fundamento da não punição do crime impossível	531
6.3. Diferença entre tentativa inidônea e erro de tipo	532
6.4. Diferença entre crime impossível e crime putativo	532
6.5. Requisitos essenciais para o reconhecimento do crime impossível....	532
6.5.1. Ineficácia absoluta do meio	532
6.5.2. Absoluta impropriedade do objeto	532
6.5.3. Momento de avaliação da idoneidade do meio ou do ob- jeto	533
6.6. Flagrante provocado ou preparado	533
6.7. Flagrante esperado	534
6.8. Questões polêmicas	534
6.8.1. Furto sob vigilância	534
6.8.2. Tiros em carro blindado	535
Resumo do capítulo	535
Esquemas	538
CAPÍTULO XXVI – Concurso de Pessoas	541
1. Conceito e natureza jurídica	541
2. Teorias acerca da autoria no concurso de pessoas	542
2.1. Autoria mediata e Autoria imediata	543
2.2. Teoria do domínio do fato	544
3. A punição do partícipe	544
4. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	545

5. Requisitos para configurar o concurso de agentes.....	545
6. Inovações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	546
6.1. Inserção da expressão na medida da sua culpabilidade no <i>caput</i> do art. 29	546
6.2. Participação de menor importância	547
6.3. Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta).....	547
6.3.1. A previsibilidade do resultado mais grave	548
7. Concurso entre maior e menor de 18 anos	548
8. Coautoria e participação em crime culposo	548
9. Autoria colateral	550
9.1. Autoria incerta.....	550
10. Coautoria e participação nos crimes omissivos	551
10.1. Participação por omissão em crime comissivo	552
10.2. Conivência.....	552
11. Participação posterior à consumação	552
11.1. Coautoria sucessiva	554
12. Participação e cumplicidade	554
12.1. Participação em cadeia	555
13. Executor de reserva	555
14. Participação em <i>ação</i> dolosa ou culposa alheia.....	556
15. Circunstâncias incomunicáveis	556
15.1. Circunstâncias e condições de caráter objetivo.....	557
15.2. Elementares do crime	557
16. A polêmica relativa ao concurso de pessoas no infanticídio	557
17. Casos de impunibilidade	559
Resumo do capítulo	560

CAPÍTULO XXVII – Teoria Geral da Pena..... 563

1. Conceito de pena	563
2. Fundamentos da pena.....	565
2.1. Sistemas celulares de cumprimento da pena	565
3. Teorias acerca do crime e da punição.....	565
3.1. Abolicionismo penal.....	565
3.2. Direito penal mínimo	569
3.3. Direito penal máximo (tolerância zero) e teoria das janelas quebradas	570
3.4. Garantismo penal.....	573
4. Direito penal do inimigo	574
4.1. Prós e contras do direito penal do inimigo.....	576
5. Justiça retributiva <i>versus</i> justiça restaurativa	577

6. Cominação das penas	579
7. Princípios aplicáveis à pena.....	580
8. Espécies de penas.....	580
Resumo do capítulo	581
CAPÍTULO XXVIII – Penas Privativas de Liberdade.....	583
1. Modelos prisionais	583
1.1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples	583
2. Regime inicial, fundamentação e progressão no cumprimento da pena	584
2.1. Utilização do art. 59 do Código Penal para a fixação do regime de cumprimento da pena.....	585
2.2. Imprescindibilidade do regime inicial fechado.....	586
2.3. Requisitos para a progressão de regime	586
2.3.1. Merecimento e exame criminológico	587
2.4. Execução das penas resultantes de crimes hediondos e comuns	591
2.5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso.....	592
2.5.1. Falta grave e prescrição.....	593
2.5.2. Adaptação do regime e regressão	593
2.5.3. Sustação cautelar do regime semiaberto.....	594
2.5.4. A questão da falta grave.....	594
2.5.4.1. Relação entre falta grave e crime.....	595
2.5.4.2. Falta grave e previsão legal.....	595
2.6. A (in)viabilidade da progressão <i>por salto</i>	596
2.7. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	596
2.8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime.....	597
2.9. Inviabilidade de alteração do regime inicial fixado na condenação pelo juiz da execução	598
2.10. Permissão legal para o juiz da condenação fixar o regime inicial em função da detração	598
3. Regime fechado.....	599
3.1. Local de cumprimento da pena no regime fechado	599
3.2. Regime fechado e gravidade do crime.....	600
3.3. A aplicação do regime fechado à pena de detenção	601
3.4. Escolha do regime em caso de aplicação concomitante de reclusão e detenção.....	601
3.5. Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo.....	601
3.6. Regime disciplinar diferenciado.....	602
3.6.1. A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado ...	604
3.7. O trabalho externo do sentenciado.....	605
3.8. Permissão de saída	606
3.9. Cômputo da pena em dobro em decorrência de situação degradante	606

4.	Regime semiaberto.....	610
4.1.	Local de cumprimento da pena no regime semiaberto.....	610
4.2.	Saídas temporárias e trabalho externo	610
4.3.	Situação do índio.....	611
4.4.	Falta de vagas no regime semiaberto	612
4.4.1.	Regime inicial semiaberto e falta de vagas em colônia	612
4.4.2.	Progressão para o semiaberto e falta de vagas na colônia....	612
4.5.	A questão do estrangeiro.....	613
5.	Regime aberto	614
5.1.	Local de cumprimento da pena no regime aberto.....	614
5.2.	A fixação do regime aberto na sentença condenatória	615
5.3.	Regime aberto e crime militar	615
5.4.	Condições para o regime aberto	615
5.5.	Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso	616
6.	Direitos do preso	617
6.1.	Direitos constitucionais e gerais.....	617
6.2.	Direito à visita íntima	617
6.3.	Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio e inclusão em presídio federal	618
6.4.	Direito do preso à execução provisória da pena	618
6.4.1.	Execução provisória e prisão especial.....	620
7.	Trabalho do preso.....	621
7.1.	Distinção entre trabalho forçado e obrigatório.....	621
7.2.	Trabalho do preso e remição.....	621
7.2.1.	Perda dos dias remidos e falta grave	622
7.2.2.	Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	623
7.2.3.	Remição pelo estudo	623
7.3.	Preso provisório e remição.....	624
7.4.	Benefícios previdenciários	625
8.	Superveniência de doença mental.....	626
9.	Detração.....	627
9.1.	Conceito	627
9.2.	Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	627
9.3.	Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração	628
9.4.	Detração e pena de multa.....	628
9.5.	Detração e determinação do regime inicial da pena	629
9.6.	Detração e suspensão condicional da pena	630
9.7.	Detração e medidas cautelares alternativas à prisão.....	630
	Resumo do capítulo	630

CAPÍTULO XXIX – Penas Restritivas de Direitos	635
1. Conceito e natureza jurídica das penas restritivas de direitos.....	635
2. Espécies de penas restritivas de direitos.....	636
3. Requisitos objetivos para a concessão das penas restritivas de direitos.....	636
3.1. Delação premiada.....	638
3.2. Crimes hediondos e equiparados.....	638
3.3. Violência doméstica ou familiar.....	638
3.4. Reincidência em crime doloso	639
4. Requisitos subjetivos à concessão das penas alternativas	639
4.1. Concessão da pena alternativa para estrangeiro	640
5. Conversão durante o cumprimento da pena	640
5.1. Composição com o disposto no art. 60, § 2.º, do Código Penal	640
6. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	642
6.1. Saldo da pena privativa de liberdade após a reconversão.....	643
6.2. Reconversão facultativa por condenação a pena privativa de liberdade.....	643
6.3. Reconversão fundada em lei e não em desejo do condenado	644
7. Particularidades quanto ao cumprimento das penas restritivas de direitos...	644
7.1. Prestação pecuniária.....	644
7.1.1. Hipótese de despenalização	645
7.1.2. Prestação de outra natureza	645
7.1.3. Competência para aplicação da prestação de outra natureza	646
7.2. Perda de bens e valores.....	647
7.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	647
7.4. Interdição temporária de direitos.....	649
7.4.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, profissão, atividade ou ofício dependentes de autorização ou regulamentação do poder público, embora na esfera privada	649
7.4.2. Proibição de dirigir	650
7.4.3. Proibição de frequentar lugares.....	650
7.4.4. Proibição de se inscrever em certames públicos	651
7.5. Limitação de fim de semana	651
Resumo do capítulo	651
 CAPÍTULO XXX – Pena Pecuniária.....	 653
1. Conceito e destinação da multa.....	653
2. Critério para a individualização da pena de multa	654
2.1. Exceções ao critério do dia-multa.....	655
3. Inviabilidade de suportar o pagamento da pena de multa ou das custas....	655
4. Constitucionalidade da fixação do valor do dia-multa em salário mínimo...	656

5.	Constitucionalidade da atualização monetária da multa	656
5.1.	Termo inicial de incidência da correção monetária	657
6.	Multa como dívida de valor	657
6.1.	A competência judiciária para a execução da pena pecuniária	657
6.2.	A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa para a esfera cível	659
6.3.	Multa irrisória.....	660
6.4.	Condenado preso e cobrança da multa	660
6.5.	<i>Habeas corpus</i> e pena de multa.....	661
6.6.	Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	661
	Resumo do capítulo	661
CAPÍTULO XXXI – Cominação de Penas.....		663
1.	Conceito de cominação de penas	663
2.	Penas privativas de liberdade	663
3.	Penas restritivas de direitos	664
4.	Multa	665
	Resumo do capítulo	665
CAPÍTULO XXXII – Aplicação da Pena		667
1.	Conceito.....	667
2.	Circunstâncias judiciais	669
2.1.	Momentos de ocorrência e de avaliação.....	670
3.	A política da pena mínima.....	670
3.1.	Fixação acima do mínimo legal.....	672
4.	Possibilidade de aplicação da pena máxima	672
4.1.	Viabilidade de o Tribunal reavaliar as circunstâncias judiciais.....	674
5.	Culpabilidade	674
5.1.	Dolo intenso e culpa grave.....	676
6.	Antecedentes	676
6.1.	Maus antecedentes	677
6.2.	Caducidade dos maus antecedentes.....	677
6.3.	Maus antecedentes e reincidência	678
6.4.	Prova dos antecedentes.....	678
7.	Conduta social	678
8.	Personalidade.....	680
8.1.	Agressividade e personalidade antissocial	682
8.2.	Perversidade.....	683
8.3.	Personalidade voltada ao crime.....	683
8.4.	Momento de avaliação da personalidade	684
8.5.	Possibilidade de avaliação da personalidade pelo julgador e críticas levantadas	684

9. Motivos do crime.....	688
9.1. Motivo do crime e premeditação	689
10. Circunstâncias do crime.....	690
10.1. Espécie de arma e homicídio	690
10.2. Gravidade do delito servindo para aumentar a pena-base	690
11. Consequências do crime.....	690
11.1. Consequências e crime continuado.....	691
12. Comportamento da vítima.....	691
13. Pena-base.....	693
13.1. Critérios para a fixação da pena-base.....	693
14. Cautela para a não incidência no <i>bis in idem</i>	694
15. Limites mínimo e máximo previstos no preceito secundário do tipo penal incriminador	694
16. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena.....	695
16.1. Fixação do regime sem fundamentação.....	695
16.2. Substituição da pena privativa de liberdade	696
16.3. Fixação da pena no mínimo legal prescinde de motivação	696
17. Critérios especiais da pena de multa.....	696
17.1. Aumento (e diminuição) da pena de multa.....	696
18. Agravantes e atenuantes.....	697
18.1. Conceito	697
18.2. <i>Quantum</i> das agravantes e atenuantes.....	697
19. Diferença entre elementares e circunstâncias.....	697
20. Necessidade de evitar o <i>bis in idem</i>	698
21. Rol taxativo para agravantes e exemplificativo para atenuantes	698
22. Divisão do rol das agravantes.....	698
23. Reincidência	699
23.1. Conceito	699
23.2. Reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>).....	700
23.3. Espécies de reincidência.....	702
23.4. Primariedade e reincidência	702
23.5. Cometimento de crime no dia em que transita em julgado a sentença condenatória por crime anterior.....	702
23.6. Prova da reincidência.....	702
23.7. Reincidência e pena de multa	702
23.8. Efeitos da reincidência.....	703
23.9. Caducidade da condenação anterior	703
23.10. Inclusão dos prazos do <i>sursis</i> e do livramento condicional.....	704
23.11. Crimes militares próprios e impróprios	704
23.12. Crimes políticos.....	705
24. As demais agravantes previstas no inciso II do art. 61 do Código Penal....	705

24.1.	Motivo fútil	705
24.1.1.	Motivo fútil e ausência de motivo	706
24.1.2.	Motivo fútil e motivo injusto	706
24.1.3.	A questão do ciúme.....	707
24.1.4.	Embriaguez e futilidade.....	707
24.2.	Motivo torpe e a particularidade da vingança.....	707
24.3.	Motivação torpe específica.....	708
24.4.	Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima.....	709
24.5.	Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum.....	710
24.6.	Relações familiares	711
24.7.	Abuso de autoridade e relações do lar	711
24.8.	Abuso de poder e violações de dever.....	712
24.9.	Covardia	714
24.10.	Proteção da autoridade.....	717
24.11.	Situação de desgraça particular ou calamidade pública.....	717
24.12.	Embriaguez preordenada	717
24.13.	Agravantes previstas em legislação especial	718
24.14.	Agravantes no caso de crime cometido por mais de uma pessoa.....	718
25.	Atenuantes	720
25.1.	Fixação da pena abaixo do mínimo legal.....	720
25.2.	Menoridade relativa	720
25.3.	Desconhecimento da lei	722
25.4.	Relevante valor social ou moral.....	723
25.5.	Arrependimento.....	723
25.6.	Coação resistível, obediência indevida e influência de emoção	724
25.7.	Confissão espontânea	725
25.8.	Influência de multidão, em meio a tumulto	727
25.9.	Atenuante inominada	727
25.10.	Atenuantes em leis especiais	728
26.	Compensação das agravantes e atenuantes	728
26.1.	Reincidência <i>versus</i> confissão espontânea	730
26.2.	Multirreincidência <i>versus</i> confissão espontânea.....	731
27.	Cálculo da pena	731
27.1.	Sistemas para a fixação da pena	731
27.2.	Cuidado especial para evitar a dupla agravação pelo mesmo motivo	732
27.3.	Conceito de causas de aumento e diminuição.....	732
27.4.	Conceito de qualificadoras e privilégios	733
27.5.	Existência de duas ou mais qualificadoras.....	733
27.6.	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais.....	734

27.7. Concurso entre causas de aumento e de diminuição	734
27.8. Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições	735
Resumo do capítulo	736
Esquemas	739
CAPÍTULO XXXIII – Concurso de Crimes.....	747
1. Conceito e critério de análise.....	747
2. Sistemas cabíveis ao concurso de crimes.....	747
2.1. Sistema da acumulação material	747
2.2. Sistema da acumulação jurídica	748
2.3. Sistema da absorção	748
2.4. Sistema da exasperação da pena.....	748
3. Concurso material.....	748
3.1. Critérios para a aplicação da pena	749
3.2. Aplicação cumulativa de reclusão e detenção	749
3.3. Concurso material moderado.....	750
3.4. Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos	750
3.5. Cumprimento simultâneo ou sucessivo de penas restritivas de direitos.....	750
4. Concurso formal.....	750
4.1. Concurso formal entre tipos omissivos.....	750
4.2. Concurso formal entre roubo e corrupção de menor	751
4.3. Grau de aumento da pena	751
4.4. Concorrência de concursos.....	751
4.5. Concurso formal perfeito e imperfeito.....	752
4.6. A dúvida e o concurso formal perfeito.....	753
4.7. Concurso material favorável ou benefício	753
5. Crime continuado	754
5.1. Conceito e aspectos históricos.....	754
5.2. Natureza jurídica	755
5.3. Requisitos para o reconhecimento do crime continuado	756
5.3.1. Crimes da mesma espécie	756
5.3.1.1. Roubo e latrocínio.....	757
5.3.1.2. Estupro e estupro de vulnerável.....	758
5.3.2. Condições de tempo	758
5.3.3. Condições de espaço.....	758
5.3.4. Formas de execução	759
5.3.5. Outras circunstâncias semelhantes	759
5.3.6. Delinquência habitual ou profissional.....	760
5.3.7. Crime habitual continuado	760
5.3.8. Critério de dosagem do aumento.....	761

5.3.9.	A unidade de desígnio no crime continuado	761
5.3.10.	Crime continuado e delito culposos.....	763
5.3.11.	Crime continuado e imputabilidade	764
5.3.12.	Crimes praticados contra vítimas diferentes, bens pessoais e cálculo específico.....	764
5.3.13.	Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas	764
5.3.13.1.	Envenenamento e crime continuado.....	765
5.3.14.	Espécies de crime continuado	765
5.3.15.	Diferença entre crime continuado e delito habitual	765
5.3.16.	Diferença entre concurso de crimes e reincidência	766
5.3.17.	Crime continuado e suspensão condicional do processo	766
5.3.18.	Referências ao art. 70, parágrafo único, e ao art. 75	767
6.	Multa no concurso de crimes.....	768
	Resumo do capítulo	768
	Esquemas	770
CAPÍTULO XXXIV – Erro na Execução e Resultado Diverso do Pretendido.....		775
1.	Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	775
2.	Espécies de <i>aberratio ictus</i> (art. 73, CP)	776
3.	Situações possíveis no caso de erro na execução.....	776
4.	Responsabilidade penal objetiva nas <i>aberratio</i>	777
5.	Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis ou aberratio delicti</i>).....	777
6.	Situações possíveis no caso de resultado diverso do pretendido	778
	Resumo do capítulo	779
CAPÍTULO XXXV – Limite de Penas e Unificação		781
1.	Fundamento para o limite das penas	781
2.	Unificação de penas	784
2.1.	Unificação das penas em 40 anos.....	784
2.2.	Unificação das penas e fuga do condenado	785
2.3.	Modo de unificação	786
3.	Cumprimento da pena mais grave em primeiro lugar	786
	Resumo do capítulo	787
CAPÍTULO XXXVI – Suspensão Condicional da Pena		789
1.	Conceito e aspectos históricos.....	789
2.	Espécies de <i>sursis</i>	790
3.	Faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu	791
3.1.	Violência doméstica.....	791
3.2.	<i>Sursis</i> e concurso de crimes.....	791
3.3.	<i>Sursis</i> e indulto.....	791
3.4.	Processos em andamento	792

4.	Requisitos da suspensão condicional da pena	792
4.1.	Requisito objetivo.....	792
4.2.	Requisitos subjetivos.....	792
4.2.1.	<i>Sursis</i> e crime hediondo.....	792
4.3.	Requisito objetivo-subjetivo	793
5.	Reincidência, multa e <i>sursis</i>	793
6.	Circunstâncias especiais não impeditivas à concessão do <i>sursis</i>	794
7.	Circunstâncias especiais impeditivas à concessão do <i>sursis</i>	794
8.	<i>Sursis</i> etário e humanitário.....	794
9.	Estrangeiros de passagem pelo País e a possibilidade de concessão do <i>sursis</i>	794
10.	Regime penitenciário e <i>sursis</i>	795
11.	Facultatividade do <i>sursis</i> para o sentenciado	796
12.	<i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos.....	796
13.	Período de prova e escolha das condições.....	797
13.1.	Constitucionalidade das penas restritivas de direitos impostas como condições do <i>sursis</i>	797
13.2.	Inviabilidade da condição de prestação de serviços à comunidade... ..	797
13.3.	<i>Sursis</i> incondicionado	798
13.4.	Duração do cumprimento das condições	798
13.5.	Requisitos abertos pela própria lei	798
14.	<i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	799
15.	<i>Sursis</i> e penas alternativas ou multa.....	799
16.	Causas de revogação do <i>sursis</i>	799
16.1.	Condenação definitiva por crime doloso.....	799
16.2.	Não pagamento da multa ou falta de reparação do dano	799
16.3.	Descumprimento das condições do <i>sursis</i> simples	800
16.3.1.	Concessão sem efeito	800
16.4.	Descumprimento das condições do <i>sursis</i> especial	800
16.5.	Condenação definitiva por crime culposo ou contravenção penal... ..	800
16.6.	Prévia audiência do sentenciado	800
17.	Prorrogação do período de prova	800
18.	Cumprimento de <i>sursis</i> simultâneo.....	801
19.	Prorrogação máxima do período de prova	801
20.	Consequências da revogação	801
21.	Finalização da suspensão condicional da pena	802
	Resumo do capítulo	802
	CAPÍTULO XXXVII – Livramento Condicional.....	805
1.	Conceito de livramento condicional, natureza jurídica e aspectos históricos... ..	805
2.	Requisitos do livramento condicional e prazo de duração	806
3.	Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	810

4. O egresso e o livramento condicional para estrangeiro	810
5. Livramento condicional cautelar	810
6. Soma das penas para efeito de livramento condicional.....	811
7. Condições obrigatórias para o livramento condicional	811
7.1. Condições facultativas para o livramento condicional	811
8. Revogação do livramento condicional.....	811
9. Efeitos da revogação.....	812
10. Prorrogação e extinção do livramento condicional	812
11. Natureza da decisão que considera extinta a pena.....	813
12. Livramento condicional para estrangeiro	813
13. Suspensão cautelar do livramento condicional	814
14. Prévia oportunidade de defesa.....	814
Resumo do capítulo	814
CAPÍTULO XXXVIII – Efeitos da Condenação	817
1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação.....	817
2. Efeito genérico de tornar certa a obrigação de reparar o dano	819
3. Efeito genérico da perda em favor do Estado dos instrumentos do crime, desde que bens e valores de origem ilícita.....	819
4. Produto e proveito do crime	820
4.1. Efeito da contravenção penal.....	820
4.2. Medidas para alcançar o produto e o proveito do crime	821
4.3. Efeitos específicos e obrigatórios	821
4.4. Confisco de bens lícitos como forma de compensação.....	821
4.5. Apuração de enriquecimento ilícito	822
5. Efeito específico da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo....	823
5.1. Imposição de penas alternativas à prisão	824
5.2. Perda de emprego público e aposentadoria	824
6. Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela	824
6.1. Alcance da incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela	825
7. Efeito específico da inabilitação para dirigir veículo.....	826
Resumo do capítulo	827
CAPÍTULO XXXIX – Reabilitação.....	829
1. Conceito.....	829
2. Crítica ao instituto.....	829
3. Competência e procedimento.....	831
Resumo do capítulo	832
CAPÍTULO XL – Medidas de Segurança.....	835
1. Conceito e natureza jurídica	835

2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança	836
3. Concorrência com a Lei 10.216/2001 (Lei de proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais)	836
4. Pressupostos para a aplicação da medida de segurança	837
5. Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico	839
6. Internação por prazo indeterminado	839
7. Culpabilidade e periculosidade	840
8. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução	841
8.1. Reconversão da medida de segurança em pena	842
9. Detração e medida de segurança.....	843
10. Fixação do prazo de duração mínima da medida de segurança	843
11. Exame de cessação da periculosidade.....	843
11.1. Procedimento para a realização do exame.....	844
11.2. Assistência de médico particular.....	844
11.3. Imposição de condições	844
11.4. Desinternação e liberação	844
12. Conversões da internação em tratamento ambulatorial e deste em internação	845
13. Conversão da pena aplicada ao semi-imputável	846
14. Medida de segurança aplicada em 2. ^a instância	846
15. Direito do internado	847
Resumo do capítulo	847
CAPÍTULO XLI – Ação Penal.....	849
1. Conceito de ação penal.....	849
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada.....	850
3. Fixação da iniciativa da ação penal.....	850
3.1. Concurso de crimes e ação penal.....	851
4. Ação penal pública condicionada.....	851
5. Ação penal privada.....	851
5.1. Ação privada subsidiária da pública	852
6. Ação penal no crime complexo	852
7. Irretratabilidade da representação	853
8. Decadência	853
9. Renúncia ao direito de queixa.....	853
10. Perdão do ofendido	853
Resumo do capítulo	854
CAPÍTULO XLII – Extinção da Punibilidade	855
1. Conceito de extinção da punibilidade	855
2. Condições objetivas de punibilidade	855
3. Condições negativas de punibilidade (escusas absolutórias)	856

3.1. Diferenças entre as condições objetivas de punibilidade e as condições negativas de punibilidade.....	856
3.2. Condições de procedibilidade.....	856
4. Causas gerais e específicas.....	857
5. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade.....	857
6. Momentos de ocorrência.....	857
7. Rol exemplificativo.....	857
7.1. Causas de extinção da punibilidade <i>implícitas</i>	858
8. Morte do agente.....	858
8.1. Morte do agente e interesse recursal.....	858
8.2. Morte presumida.....	859
8.3. Certidão de óbito falsa.....	859
9. Anistia.....	860
10. Graça ou indulto individual.....	861
11. Indulto coletivo.....	862
11.1. Indulto condicional.....	862
11.2. Indulto facultativo.....	863
11.3. Indulto coletivo e crimes hediondos e assemelhados.....	863
11.3.1. Indulto humanitário.....	864
11.4. Indulto da pena de multa e limite mínimo para inscrição de débito na dívida ativa.....	865
11.5. Necessidade de apreciação pelo juiz da execução criminal.....	866
11.6. Indulto inconstitucional.....	866
11.7. Comutação (indulto parcial) e crime hediondo ou equiparado.....	866
11.8. Indulto (parcial ou total) e cometimento de falta grave.....	867
12. <i>Abolitio criminis</i>	867
13. Decadência.....	867
14. Perempção.....	868
15. Renúncia e perdão.....	869
16. Retratação.....	869
17. Perdão judicial.....	870
17.1. Natureza jurídica do perdão e da sentença que o concede.....	870
17.2. Prescrição e perdão judicial.....	871
17.3. Situações que ensejam o perdão judicial.....	872
17.4. Independência da causa extintiva da punibilidade.....	872
18. Prescrição.....	872
18.1. Conceito e fundamentos.....	872
18.2. Prazos de prescrição da pretensão punitiva e executória.....	873
18.3. Espécies de prescrição e seus efeitos.....	873
18.3.1. Matéria de ordem pública com reconhecimento de ofício pelo magistrado.....	874
18.4. Prescrição da medida de segurança.....	874

18.5. Prescrição e detração	875
18.6. Imprescritibilidade	876
18.7. Prescritibilidade no caso de suspensão do processo por citação ficta.....	876
18.8. Natureza dos prazos de prescrição da pretensão punitiva	876
18.9. Prescrição antecipada ou virtual	877
18.10. Prazos prescricionais das penas restritivas de direitos.....	877
18.11. Sentença e acórdão condenatório.....	877
18.12. Prazos da prescrição da pretensão executória e aumento por conta da reincidência.....	878
18.13. <i>Bis in idem</i>	878
18.14. Prescrição intercorrente, subsequente ou superveniente.....	878
18.15. Efeito da interposição de recursos especial e extraordinário	879
18.16. Prescrição retroativa	879
18.17. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva	880
18.17.1. Crimes falimentares	880
18.17.2. Início da prescrição nos crimes contra a honra e diferença com decadência	881
18.17.3. Início de prescrição na tentativa	881
18.17.4. Regra especial para os delitos permanentes.....	881
18.17.5. Prescrição dos crimes habituais.....	881
18.17.6. Estelionato contra a Previdência	882
18.17.7. Regra específica para bigamia e falsificação ou alteração de assentamento do registro civil	882
18.17.8. Maior proteção a crianças e adolescentes.....	882
18.18. Termo inicial da prescrição da pretensão executória	883
18.18.1. <i>Sursis</i> sem efeito.....	883
18.18.2. Interrupção da execução	883
18.19. Prescrição da multa.....	884
18.20. Menoridade relativa e senilidade	884
18.21. Causas impeditivas ou suspensivas da prescrição da pretensão punitiva	885
18.22. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	886
18.23. Causas interruptivas da prescrição da pretensão executória.....	888
18.24. Comunicabilidade das causas interruptivas	889
18.25. Prescrição das penas mais brandas	890
18.26. Concurso de crimes e prescrição	890
Resumo do capítulo	890
Esquemas	893
Referências Bibliográficas	899
Obras do Autor	937

GUILHERME DE SOUZA **NUCCI**

CURSO DE **DIREITO PENAL**

PARTE ESPECIAL
ARTS. 121 A 212 DO CÓDIGO PENAL

VOL. 2

6^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

Fechamento desta edição: 09.02.2022

O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

Capa: Fabricio Vale

**CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

v. 2

Curso de direito penal: parte especial arts. 121 a 212 do código penal / Guilherme de Souza Nucci.
– 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-370-7

1. Direito penal – Brasil. I. Título.

22-75950

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



Sumário

PARTE 1

CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I – Crimes contra a Vida	3
1. Direito à vida e fundamento constitucional.....	3
2. Homicídio.....	4
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	4
2.2 Conceito de homicídio e aspectos históricos.....	6
2.3 Estados entre a vida e a morte	8
2.3.1 A morte demonstrada para fins de doação de órgãos	9
2.4 Conceito de genocídio	10
2.5 Diferença entre homicídio e assassinato	11
2.6 Sujeitos ativo e passivo.....	11
2.6.1 Vida extrauterina.....	12
2.7 Elemento subjetivo.....	14
2.7.1 Dolo eventual e qualificadoras subjetivas	14
2.7.2 Dolo eventual e qualificadoras objetivas	14
2.8 Objeto material e objeto jurídico	15

2.9	Classificação.....	15
2.10	Meios de matar	16
2.11	Homicídio simples hediondo.....	16
2.12	Homicídio <i>privilegiado</i> (art. 121, § 1.º)	17
2.12.1	Relevante valor social ou moral.....	18
2.12.2	Diferença entre a causa de diminuição da pena e a atenuante....	19
2.12.3	Ciúme como fundamento para a causa de diminuição.....	19
2.12.4	Eutanásia e homicídio privilegiado.....	20
2.12.4.1	Mistanásia	23
2.12.4.2	Realidade <i>versus</i> direito: a ortotanásia	23
2.13	Domínio de violenta emoção.....	24
2.13.1	Fundamento da atenuação do homicídio no caso de violenta emoção.....	25
2.13.2	Domínio de violenta emoção e dolo eventual	26
2.13.3	Análise contextual da injusta provocação da vítima.....	26
2.13.4	Premeditação e violenta emoção.....	26
2.14	Concomitância de causas de diminuição.....	27
2.15	Obrigação ou faculdade do juiz.....	27
2.16	Homicídio privilegiado hediondo.....	28
2.17	Critério para redução da pena.....	28
2.18	(In)comunicabilidade das motivações previstas no § 1.º do art. 121 ...	28
2.19	Homicídio qualificado (art. 121, § 2.º).....	29
2.20	Homicídio privilegiado-qualificado	29
2.21	Homicídio privilegiado-qualificado hediondo	30
2.22	Qualificadoras.....	31
2.22.1	Paga ou promessa de recompensa.....	31
2.22.2	Motivo torpe	31
2.22.3	Torpeza e vingança.....	32
2.23	Motivo fútil	32
2.23.1	Ausência de motivo.....	33
2.23.2	Ciúme, futilidade e torpeza.....	34
2.23.3	Embriaguez e futilidade.....	35
2.24	Insídia, crueldade e perigo comum.....	35
2.24.1	Facetas peculiares do veneno.....	36
2.24.2	Fogo e duplicidade de gênero	37
2.24.3	Espécies de asfixia	37
2.24.4	Tortura como meio e como objetivo.....	38
2.24.5	Dificuldade ou impossibilidade de defesa.....	39

2.24.6	Traição, emboscada e dissimulação	40
2.24.7	Existência anterior de ameaça de morte.....	40
2.25	Torpeza específica	40
2.25.1	Relação com o crime putativo e o delito impossível.....	41
2.25.2	Hipóteses de conexão consequencial, teleológica e ocasional...	41
2.26	Feminicídio	41
2.26.1	Condição de sexo feminino	44
2.26.2	Violência doméstica e familiar	46
2.26.3	Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher ...	46
2.27	Crime contra agente estatal.....	47
2.27.1	Utilização de arma de fogo de uso restrito ou proibido	49
2.28	Qualificadoras objetivas e elemento subjetivo	50
2.29	AIDS e homicídio.....	50
2.30	Homicídio culposo (art. 121, § 3.º).....	51
2.30.1	Homicídio culposo no trânsito.....	54
2.30.2	Inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício....	54
2.30.3	Omissão de socorro.....	57
2.30.4	Socorro prestado por terceiros	58
2.30.5	A questão relativa à morte instantânea da vítima	58
2.30.6	Causa de aumento, e não crime qualificado pelo resultado....	59
2.30.7	Não procurar diminuir as consequências do seu ato.....	59
2.30.8	Fuga da prisão em flagrante	60
2.31	Vítima menor de 14 anos	60
2.32	Vítima maior de 60 anos.....	61
2.33	Perdão judicial	61
2.33.1	Faculdade ou obrigação do juiz.....	62
2.33.2	Consequências do crime atingem o próprio agente	62
2.33.3	Pessoas que podem ser atingidas, além do agente	62
2.33.4	Gravidade das consequências	63
2.34	Milícia privada e grupo de extermínio	63
2.34.1	Número mínimo de integrantes	64
2.34.2	Montante de elevação da pena.....	64
2.34.3	Finalidade específica	65
2.35	Causa de aumento da pena no feminicídio.....	65
2.35.1	Gestação e pós-parto.....	65
2.36	Menor de 14, maior de 60 e deficiente	65
2.37	Presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima...	66

2.38	Em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006.....	66
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	67
2.39	Quadro-resumo	68
3.	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	69
3.1	Conceito de suicídio	69
3.1.1	Suicídio com arma branca.....	71
3.1.2	Automutilação e “baleia azul”	71
3.2	Estrutura do tipo penal incriminador	72
3.3	Sujeitos ativo e passivo.....	73
3.4	Elemento subjetivo.....	73
3.5	Objetos material e jurídico.....	74
3.6	Classificação do crime	74
3.7	Auxílio por omissão	75
3.8	Pacto de morte	75
3.9	Motivo egoístico	76
3.9.1	Motivo torpe	76
3.9.2	Motivo fútil.....	76
3.10	Vítima menor ou com resistência diminuída	77
3.11	Greve de fome e concepções religiosas.....	77
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	78
3.12	Quadro-resumo	79
4.	Infanticídio.....	80
4.1	Conceito e aspectos históricos.....	80
4.2	Distinção entre infanticídio e aborto.....	81
4.3	Estrutura do tipo penal incriminador	82
4.4	Sujeitos ativo e passivo.....	82
4.5	Elemento subjetivo.....	83
4.6	Objetos material e jurídico.....	83
4.7	Classificação do crime	83
4.8	Estado puerperal.....	83
4.9	Circunstância de tempo.....	86
4.10	Concurso de pessoas.....	87
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	90
4.11	Quadro-resumo	90
5.	Aborto.....	91
5.1	Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.....	91

5.1.1	Aspectos históricos do aborto	91
5.1.2	Conceito e formas.....	92
5.1.2.1	Prós e contras à legalização do aborto	94
5.1.3	Estrutura do tipo penal incriminador	94
5.1.3.1	Prova da existência do crime e sigilo médico.....	96
5.1.4	Sujeitos ativo e passivo.....	96
5.1.4.1	Gestante suicida	97
5.1.5	Objetos material e jurídico.....	97
5.1.6	Elemento subjetivo.....	97
5.1.7	Classificação do crime	97
5.1.8	Hipóteses que afastam a ocorrência de aborto	98
5.1.9	Quadro-resumo	98
5.2	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante.....	99
5.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	99
5.2.1.1	Mecanismos para o aborto.....	99
5.2.2	Tentativa de aborto e morte do recém-nascido.....	100
5.2.3	Sujeitos ativo e passivo.....	101
5.2.4	Elemento subjetivo	101
5.2.5	Objetos material e jurídico.....	101
5.2.6	Classificação do crime	101
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	101
5.2.7	Quadro-resumo	102
5.3	Aborto provocado com o consentimento da gestante.....	102
5.3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	102
5.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	103
5.3.3	Elemento subjetivo	103
5.3.4	Objetos material e jurídico.....	103
5.3.5	Classificação do crime	104
5.3.6	Exceções em face de elementos específicos	104
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	104
5.3.7	Quadro-resumo	105
5.4	Aborto: forma qualificada.....	105
5.4.1	Aplicação restrita.....	105
5.4.2	Hipóteses da figura qualificada do art. 127 do CP.....	105
5.4.3	Crimes qualificados pelo resultado.....	106
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	106
5.4.4	Quadro-resumo	107

5.5	Excludentes de ilicitude do aborto.....	107
5.5.1	Análise da expressão “não se pune”	107
5.5.2	Constitucionalidade do dispositivo	107
5.5.3	Sujeito que pode praticá-lo	108
5.5.4	Aborto terapêutico	108
5.5.5	Aborto humanitário ou piedoso.....	108
5.5.6	Questão controversa: estupro decorrente de violência ficta ...	109
5.5.7	Existência de condenação ou processo pelo delito de estupro....	109
5.5.7.1	Alvará judicial.....	109
5.5.8	Consentimento da gestante.....	109
5.5.9	Limite temporal para o aborto.....	109
5.6	A questão do aborto eugênico em confronto com a anencefalia.....	110
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	114
5.6.1	Quadro-resumo	116
	<i>Resumo do capítulo</i>	117
	Capítulo II – Lesões Corporais	119
1.	Conceito de lesão corporal.....	119
2.	Estrutura do tipo penal incriminador	120
3.	Sujeitos ativo e passivo.....	121
4.	Elemento subjetivo.....	121
5.	Objetos material e jurídico.....	122
6.	Classificação	122
7.	Aplicação de excludentes de tipicidade supraleais.....	122
7.1	Lesões leves provocadas por cônjuge.....	122
8.	Consentimento do ofendido	123
9.	Conceito de lesão corporal grave e gravíssima	123
10.	Resultados qualificadores da lesão corporal grave.....	124
10.1	Ocupação habitual	124
10.1.1	Comprovação por perícia.....	125
10.2	Perigo de vida.....	126
10.2.1	Comprovação por perícia.....	127
10.3	Debilidade permanente	127
10.3.1	Comprovação por perícia.....	127
10.4	Aceleração de parto.....	128
10.5	Incapacidade permanente para o trabalho	128
10.6	Enfermidade incurável	129

10.7	Perda ou inutilização de membro, sentido ou função.....	129
10.7.1	Cirurgia de mudança de sexo	130
10.8	Deformidade permanente.....	133
10.9	Aborto.....	134
11.	Lesão corporal seguida de morte.....	134
11.1	Causas de aumento da milícia ou grupo similar de extermínio	135
12.	Lesão corporal <i>privilegiada</i>	135
13.	Substituição de pena para a lesão simples.....	136
14.	Lesão culposa	136
15.	Perdão judicial	137
16.	Violência doméstica e contra a mulher	137
16.1	Estrutura típica da lesão qualificada pela violência doméstica e contra a mulher.....	138
16.2	Penas e causas de aumento.....	139
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	139
	<i>Resumo do capítulo</i>	141
	Capítulo III – Periclitación da Vida e da Saúde	143
1.	Crimes de perigo	143
2.	Perigo concreto e perigo abstrato.....	144
3.	Perigo individual e perigo coletivo.....	145
4.	Perigo de contágio venéreo	145
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	145
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	146
4.3	Elemento subjetivo.....	146
4.4	Objetos material e jurídico.....	147
4.5	Classificação.....	147
4.6	Ação pública incondicionada	148
4.7	AIDS.....	148
4.8	Quadro-resumo	148
5.	Perigo de contágio de moléstia grave.....	149
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	149
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	150
5.3	Elemento subjetivo.....	150
5.4	Objetos material e jurídico.....	150
5.5	Classificação.....	151
5.6	Aplicação da pena da lesão corporal grave, gravíssima ou seguida de morte.....	151

5.7	Quadro-resumo	151
6.	Perigo para a vida ou saúde de outrem.....	152
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	152
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	153
6.3	Elemento subjetivo.....	153
6.4	Objetos material e jurídico.....	153
6.5	Classificação.....	153
6.6	Confronto com o art. 15 da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).....	154
6.7	Causa de aumento de pena	154
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	154
6.8	Quadro-resumo	155
7.	Abandono de incapaz.....	156
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	156
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	156
7.3	Elemento subjetivo.....	157
7.4	Objetos material e jurídico.....	157
7.5	Classificação.....	157
7.6	Figuras preterdolosas.....	157
7.7	Causas de aumento de pena.....	157
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	158
7.8	Quadro-resumo	158
8.	Exposição de recém-nascido.....	159
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	159
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	160
8.3	Elemento subjetivo.....	161
8.4	Objetos material e jurídico.....	161
8.5	Classificação.....	161
8.6	Formas preterdolosas.....	161
8.7	Quadro-resumo	161
9.	Omissão de socorro.....	162
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	162
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	164
9.3	Elemento subjetivo.....	164
9.4	Objetos material e jurídico.....	164
9.5	Análise dos casos médicos	164
9.6	Vítima que recusa ajuda e vítima morta.....	164

9.7	Análise especial do fator “perigo”	165
9.8	Classificação.....	165
9.9	Figuras preterdolosas.....	166
9.10	Quadro-resumo	166
10.	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	166
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	166
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	167
10.3	Elemento subjetivo.....	167
10.4	Objetos material e jurídico.....	167
10.5	Classificação.....	168
10.6	Perigo concreto <i>versus</i> perigo abstrato.....	168
10.7	Crime qualificado pelo resultado.....	169
10.8	Aviso prévio da configuração do delito.....	169
10.9	Quadro-resumo	169
11.	Maus-tratos	170
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	170
11.1.1	Síndrome do bebê sacudido.....	172
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	172
11.3	Elementos subjetivos.....	172
11.4	Objetos material e jurídico.....	172
11.5	Classificação.....	172
11.6	<i>A Lei da Palmada</i> e o crime de maus-tratos	173
11.7	Nota particular sobre o caráter instantâneo do crime.....	173
11.8	Figuras preterdolosas.....	174
11.9	Tipos penais previstos em legislação especial	174
11.10	Aplicação da causa de aumento.....	175
11.11	Aplicação de agravantes.....	175
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	175
11.12	Quadro-resumo	176
	<i>Resumo do capítulo</i>	177
Capítulo IV – Rixa		181
1.	Estrutura do tipo penal incriminador	181
2.	Sujeitos ativo e passivo.....	182
3.	Elemento subjetivo.....	183
4.	Objetos material e jurídico.....	183
5.	Classificação.....	183

6. Figura preterdolosa	184
<i>Jurisprudência selecionada</i>	184
<i>Resumo do capítulo</i>	185
Capítulo V – Crimes contra a Honra	187
1. Conceito de honra	187
1.1 Honra e dignidade da pessoa humana	189
2. Honra objetiva e honra subjetiva.....	189
2.1 Modos de execução dos delitos contra a honra.....	189
3. Honra comum e honra especial.....	190
3.1 Pessoas consideradas desonradas.....	191
4. Calúnia.....	192
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	192
4.1.1 Atribuição de fato	192
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	193
4.2.1 Inimputáveis e pessoas mortas	193
4.2.2 Pessoa jurídica como sujeito ativo	194
4.2.3 Pessoas indeterminadas.....	194
4.3 Elemento subjetivo	194
4.4 Objetos material e jurídico.....	195
4.5 Classificação.....	195
4.5.1 Aspecto particular da consumação	196
4.6 Exceção da verdade	196
4.6.1 Vedação à exceção da verdade referente à ação privada	196
4.6.2 Vedação à exceção da verdade em razão da pessoa envolvida ...	196
4.6.3 Vedação à exceção da verdade por ter havido absolvição.....	197
<i>Jurisprudência selecionada</i>	197
4.7 Quadro-resumo	198
5. Difamação.....	199
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador	199
5.2 Sujeitos ativo e passivo.....	199
5.3 Elemento subjetivo.....	200
5.3.1 Narrativa de testemunha	201
5.4 Objetos material e jurídico.....	201
5.5 Classificação.....	201
5.5.1 Aspecto particular da consumação	202
5.6 Exceção da verdade.....	202

<i>Jurisprudência selecionada</i>	202
5.7 Quadro-resumo	203
6. Injúria.....	203
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador	203
6.1.1 Injúria por omissão	205
6.1.2 Ofensa contra a honra pela Internet	205
6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	206
6.2.1 Agente embriagado	206
6.2.1.1 Ofendido embriagado ou deficiente.....	206
6.2.2 Inimputáveis e mortos	206
6.3 Elemento subjetivo.....	207
6.3.1 Injúria proferida no calor da discussão	208
6.4 Objetos material e jurídico.....	208
6.5 Classificação.....	208
6.5.1 Consumação.....	208
6.6 Exceção da verdade	208
6.7 Perdão judicial	209
6.7.1 Provocação reprovável.....	209
6.7.2 Retorsão imediata.....	209
6.8 Forma qualificada pela violência (§ 2.º).....	209
6.9 Forma qualificada pela injúria racial (§ 3.º)	210
6.9.1 Injúria racial e racismo	210
6.9.2 Injúria qualificada contra idoso ou deficiente.....	215
6.9.3 Proporcionalidade da pena	215
<i>Jurisprudência selecionada</i>	216
6.10 Quadro-resumo	219
7. Causas de aumento da pena previstas no art. 141.....	219
7.1 Honra do Presidente da República ou de chefe de governo estrangeiro...	219
7.2 Honra de funcionário público	220
7.3 Facilitação da divulgação da agressão à honra	220
7.4 Proteção diferenciada ao idoso e ao deficiente.....	220
7.5 Causa de aumento de motivação torpe	220
7.6 Veto ao § 2.º do art. 141.....	220
<i>Jurisprudência selecionada</i>	221
7.7 Quadro-resumo	222
8. Exclusão do crime	222
8.1 Imunidade judiciária.....	223

8.1.1	Discussão da causa	223
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	223
8.1.2	Ofensa ao magistrado	224
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	224
8.1.2.1	Ofensa do magistrado	225
8.1.3	Parte ou procurador	225
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	225
8.1.4	Confronto da imunidade judiciária com o Estatuto da Ad- vocacia	226
8.1.5	Ofensa ao Promotor de Justiça	226
8.1.6	Ofensa ao réu	226
8.2	Imunidade literária, artística e científica.....	227
8.3	Imunidade funcional	227
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	228
8.4	Ressalva da divulgação da injúria ou da difamação.....	228
8.5	Quadro-resumo	229
9.	Retratação.....	229
9.1	Causa extintiva da punibilidade	229
9.2	Ofensa por meios de comunicação	230
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	230
9.3	Quadro-resumo	232
10.	Pedido de explicações	232
10.1	Consequência das explicações.....	233
10.2	Quadro-resumo	233
11.	Ação penal privada.....	233
11.1	Ação pública incondicionada	233
11.2	Hipóteses de ação pública condicionada.....	234
11.3	Representação de conteúdo limitado.....	235
11.4	Quadro-resumo	235
	<i>Resumo do capítulo</i>	235
Capítulo VI – Crimes contra a Liberdade Individual.....		237
1.	Proteção constitucional	237
2.	Constrangimento ilegal	237
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	237
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	238
2.3	Elemento subjetivo.....	239
2.4	Objetos material e jurídico.....	240

2.5	Classificação.....	240
2.6	Aplicação cumulativa da pena.....	240
2.7	Causa de aumento de pena	240
2.7.1	Conceito de arma	240
2.7.2	Sistema da acumulação material	240
2.7.3	Causas excludentes da tipicidade	241
2.7.3.1	Intervenção médico-cirúrgica.....	241
2.7.3.2	Impedimento de suicídio	241
2.8	Quadro-resumo	241
3.	Ameaça	242
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	242
3.1.1	Ameaça no contexto da violência doméstica.....	243
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	244
3.3	Elemento subjetivo.....	244
3.3.1	Embriaguez	245
3.4	Objetos material e jurídico.....	245
3.5	Classificação.....	245
3.6	Ação pública condicionada.....	246
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	246
3.7	Quadro-resumo	246
4.	Perseguição.....	247
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	247
4.2	Sujeitos ativos e passivo	250
4.3	Elemento subjetivo.....	251
4.4	Objetos material e jurídico.....	251
4.5	Classificação.....	251
4.6	Causas de aumento de pena.....	251
4.7	Sistema da acumulação material	253
4.8	Ação pública condicionada e benefícios processuais	253
4.9	Quadro-resumo	254
5.	Violência psicológica contra a mulher.....	255
5.1	Estrutura do tipo incriminador.....	255
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	257
5.3	Elemento subjetivo.....	257
5.4	Objetos material e jurídico.....	257
5.5	Classificação.....	257
5.6	Delito subsidiário	257

5.7	Outras providências nesse contexto.....	258
5.8	Quadro-resumo	258
6.	Sequestro e cárcere privado.....	259
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	259
6.1.1	Diferença entre sequestro e cárcere privado.....	259
6.1.2	Situação de permanência.....	260
6.1.3	Consentimento do ofendido.....	260
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	260
6.3	Elemento subjetivo.....	261
6.4	Objetos material e jurídico.....	261
6.5	Classificação.....	261
6.6	Figuras qualificadas	261
6.6.1	Relações familiares	261
6.6.2	Internação fraudulenta	262
6.6.3	Privação da liberdade de longa duração.....	262
6.6.4	Ofendido menor de 18 anos.....	262
6.6.4.1	Confronto com o art. 230 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	263
6.6.5	Finalidade libidinoso.....	263
6.6.6	Maus-tratos e natureza da detenção	263
6.7	Quadro-resumo	264
7.	Redução a condição análoga à de escravo.....	265
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	265
7.1.1	Trabalhos forçados	267
7.1.2	Jornada exaustiva.....	267
7.1.3	Condições degradantes de trabalho.....	267
7.1.4	Restrição da liberdade de locomoção	267
7.1.5	Cerceamento de meio de transporte.....	268
7.1.6	Manutenção de vigilância ostensiva no lugar de trabalho	268
7.1.7	Aposseamento de documentos ou objetos pessoais	269
7.1.8	Consentimento da vítima	269
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	269
7.3	Elemento subjetivo.....	270
7.4	Objetos material e jurídico.....	270
7.5	Classificação.....	270
7.6	Acumulação material e multa.....	270
7.7	Causas de aumento de pena.....	270
7.8	Competência	271

<i>Jurisprudência selecionada</i>	271
7.9 Quadro-resumo	272
8. Tráfico de pessoas.....	273
8.1 Estrutura do tipo penal incriminador	273
8.2 Sujeitos ativo e passivo.....	274
8.3 Elemento subjetivo.....	274
8.4 Objetos material e jurídico.....	274
8.5 Classificação.....	275
8.6 Finalidades específicas.....	275
8.6.1 Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo.....	275
8.6.2 Submissão a trabalho em condições análogas à de escravo	276
8.6.3 Submissão a qualquer tipo de servidão	277
8.6.4 Adoção ilegal.....	277
8.6.5 Exploração sexual.....	277
8.6.6 Causas de aumento da pena.....	278
8.6.7 Causas de diminuição da pena	280
8.7 Quadro-resumo	281
9. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio	282
9.1 Proteção constitucional	282
9.2 Estrutura do tipo penal incriminador	282
9.3 Sujeitos ativo e passivo.....	284
9.4 Elemento subjetivo.....	285
9.5 Objetos material e jurídico.....	285
9.6 Classificação.....	285
9.7 Tipo qualificado	285
9.8 Causa excludente de ilicitude.....	286
<i>Jurisprudência selecionada</i>	287
9.9 Quadro-resumo	288
10. Crimes contra a inviolabilidade de correspondência	289
10.1 Proteção constitucional e inviolabilidade de correspondência	289
10.2 Caráter relativo da proteção constitucional.....	289
10.3 Derrogação do art. 151 do Código Penal.....	290
10.4 Pena atualizada pela nova lei	290
10.5 Sonegação ou destruição de correspondência.....	290
10.5.1 Estrutura do tipo penal incriminador	290
10.5.2 Sujeitos ativo e passivo.....	293
10.5.2.1 Falecimento do remetente ou do destinatário.....	294

10.5.2.2	Marido e mulher	294
10.5.2.3	Correspondência destinada a filhos	295
10.5.3	Excludentes de ilicitude específicas	296
10.5.4	Elemento subjetivo.....	296
10.5.5	Objetos material e jurídico.....	297
10.5.6	Classificação.....	298
10.5.6.1	Classificação dos crimes previstos no § 1.º, inciso I....	298
10.5.6.2	Classificação dos crimes previstos no § 1.º, inciso II ...	298
10.5.7	Figura qualificada.....	298
10.5.8	Competência	299
10.5.9	Ação pública incondicionada e condicionada.....	299
<i>Jurisprudência selecionada</i>		299
10.6	Quadro-resumo	300
11.	Correspondência comercial	301
11.1	Conceito de correspondência comercial.....	301
11.2	Estrutura do tipo penal incriminador	301
11.3	Sujeitos ativo e passivo.....	302
11.4	Elemento subjetivo.....	302
11.5	Objetos material e jurídico.....	302
11.6	Classificação.....	302
11.7	Princípio da insignificância	302
11.8	Ação pública condicionada	302
11.9	Quadro-resumo	303
12.	Divulgação de segredo	303
12.1	Proteção constitucional da divulgação de segredo	303
12.2	Estrutura do tipo penal incriminador	303
12.3	Sujeitos ativo e passivo.....	304
12.4	Elemento subjetivo.....	305
12.5	Objetos material e jurídico.....	305
12.6	Classificação.....	305
12.7	Divulgação de segredo em figura similar.....	305
12.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	305
12.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	307
12.7.3	Elemento subjetivo.....	307
12.7.4	Objetos material e jurídico.....	307
12.7.5	Classificação.....	307
12.7.6	Ação pública condicionada	308
12.7.7	Ação pública incondicionada	308
12.8	Quadro-resumo	308

13. Violação do segredo profissional.....	309
13.1 Estrutura do tipo penal incriminador	309
13.2 Sujeitos ativo e passivo.....	310
13.3 Elemento subjetivo.....	310
13.4 Objetos material e jurídico.....	310
13.5 Classificação.....	310
13.6 Ação pública condicionada	311
13.7 Quadro-resumo	311
14. Invasão de dispositivo informático	311
14.1 Bem jurídico mediato e imediato.....	311
14.2 Estrutura do tipo penal incriminador	312
14.2.1 Infiltração de agentes	313
14.3 Sujeitos ativo e passivo.....	314
14.4 Elemento subjetivo.....	314
14.5 Objetos material e jurídico.....	315
14.6 Classificação.....	315
14.7 Figura similar.....	315
14.7.1 Estrutura do tipo penal incriminador	315
14.7.2 Sujeitos ativo e passivo.....	316
14.7.3 Elemento subjetivo.....	316
14.7.4 Objetos material e jurídico.....	316
14.7.5 Classificação.....	317
14.7.6 Causa de aumento e exaurimento	317
14.7.7 Forma qualificada.....	317
14.7.8 Causa de aumento e exaurimento sequencial.....	318
14.7.9 Transmissão de <i>e-mail</i> e suas peculiaridades.....	318
14.7.10 Causa de aumento em função da vítima	318
14.7.11 Ação penal.....	319
14.8 Quadro-resumo	319
<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>321</i>

PARTE 2

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I – Furto	327
1. Proteção constitucional ao patrimônio	327
2. Furto.....	327
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	327

2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	328
2.3	Consumação do furto.....	329
2.4	Elemento subjetivo.....	331
2.5	Objetos material e jurídico.....	331
2.6	Classificação.....	332
2.7	Particularidades do furto	332
2.7.1	Furto de coisa puramente de estimação	332
2.7.2	Furto de cadáver	333
2.7.3	Furto de coisas abandonadas (<i>res derelicta</i>) não pertencentes a ninguém (<i>res nullius</i>) ou perdidas (<i>res deperdita</i>)	333
2.7.4	Furto de coisas de ínfimo valor e princípio da insignificância ...	334
2.7.5	Furto de talão de cheques.....	334
2.7.6	Furto de uso	335
2.7.7	Furto em túmulos e sepulturas	336
2.7.8	Furto sob vigilância.....	336
2.7.9	A questão da trombada.....	337
2.7.10	Furto de cartão de crédito e bancário.....	337
2.7.11	Furto de imagem	337
2.7.12	Furto famélico.....	337
2.8	Causa específica de aumento de pena	338
2.8.1	Repouso noturno.....	339
2.8.2	Condições para a aplicação do aumento	340
2.9	Furto privilegiado.....	340
2.9.1	Diferença da insignificância.....	340
2.9.2	Primariedade.....	340
2.9.3	Pequeno valor	341
2.9.4	Aplicação do privilégio à figura qualificada	341
2.10	Aplicação dos §§ 1.º e 2.º concomitantemente	342
2.11	Equiparação à coisa móvel.....	342
2.11.1	Furto de sinal de TV a cabo e Internet	342
2.11.2	Furto de esperma.....	343
2.12	Furto qualificado.....	343
2.12.1	Destruição ou rompimento da própria coisa furtada.....	344
2.12.1.1	Necessidade do exame de corpo de delito	345
2.12.1.2	Utilização de destruição ou rompimento de obstáculo após a subtração	345
2.12.1.3	Arrombamento externo e interno.....	346
2.12.2	Abuso de confiança.....	346

2.12.3	Fraude	347
2.12.3.1	Furto com fraude <i>versus</i> estelionato	347
2.12.4	Escalada	348
2.12.4.1	Laudo pericial	349
2.12.5	Destreza	349
2.12.6	Chave falsa	349
2.12.7	Concurso de duas ou mais pessoas	350
2.12.8	Emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	350
2.12.8.1	Furto mediante fraude por meio de dispositivo eletrônico ou informático	351
2.12.8.2	Causas de aumento da pena	352
2.12.9	Transporte de veículo para outro Estado ou país	352
2.12.9.1	Qualificadora material e condicionada	353
2.12.9.2	Interpretação extensiva do termo Estado	353
2.12.9.3	Conhecimento e adesão à qualificadora	353
2.12.10	Subtração de animal domesticável de produção	354
2.12.11	Subtração de substâncias explosivas ou acessórios, que possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego	355
2.12.12	Preponderância de qualificadora	355
2.13	Quadro-resumo	356
3.	Furto de coisa comum	357
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	357
3.1.1	Furto de sócio contra a sociedade	358
3.2	Sujeitos ativo e passivo	358
3.3	Elemento subjetivo	358
3.4	Objetos material e jurídico	358
3.5	Classificação	358
3.6	Ação pública condicionada	358
3.7	Causa específica de exclusão da ilicitude	358
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	359
3.8	Quadro-resumo	360
	<i>Resumo do capítulo</i>	360
	Capítulo II – Roubo e Extorsão	363
1.	Roubo	363
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	363
1.1.1	Princípio da insignificância	365

1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	365
1.3	Elemento subjetivo.....	365
1.3.1	Roubo de uso	365
1.4	Objetos material e jurídico.....	366
1.5	Classificação.....	366
1.6	Particularidades do crime de roubo	366
1.6.1	Roubo contra várias pessoas através de uma ação.....	366
1.6.2	Roubo seguido de resistência.....	367
1.6.3	Roubo e estado de necessidade.....	367
1.6.4	Trombada	367
1.6.5	Consumação do crime de roubo	368
1.6.6	Veículo com rastreador.....	368
1.6.7	Concurso de roubo e extorsão.....	368
1.7	Roubo próprio e roubo impróprio	369
1.7.1	Tentativa no roubo impróprio	369
1.8	Causas de aumento da pena.....	370
1.8.1	Incidência de mais de uma causa de aumento.....	370
1.8.2	Concurso de duas ou mais pessoas	371
1.8.2.1	Concurso material entre roubo qualificado e associação criminosa armada	371
1.8.2.2	Concurso formal entre roubo e corrupção de menores	371
1.8.3	Vítima a serviço de transporte de valores	372
1.8.3.1	Dolo direto.....	372
1.8.4	Veículo automotor levado a outro Estado ou para o exterior....	372
1.8.5	Vítima com a liberdade cerceada	372
1.8.6	Subtração de substâncias explosivas ou acessórios.....	373
1.8.7	Emprego de arma branca.....	373
1.9	Causa de aumento da pena em destaque	373
1.9.1	Conceito de arma	374
1.9.2	Utilização de arma própria e imprópria e sua influência na pena.....	375
1.9.3	Arma de brinquedo.....	375
1.9.4	Arma defeituosa ou sem munição e a simulação.....	376
1.9.5	Desnecessidade da apreensão da arma e prova da causa de aumento.....	376
1.9.6	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o uso de explosivo ou artefato análogo, que cause perigo comum.....	376

1.9.7	Emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.....	377
1.9.8	Concurso de causas de aumento previstas em incisos diferentes.....	377
1.10	Crime qualificado pelo resultado lesões graves	377
1.10.1	Hipóteses quanto ao resultado mais grave.....	377
1.10.2	Crime qualificado pelo resultado morte	377
1.10.3	Aspectos do resultado morte	378
1.10.3.1	Multiplicidade de vítimas	378
1.10.3.2	As hipóteses possíveis.....	378
1.10.3.3	Inviabilidade de aplicação do art. 9.º da Lei 8.072/90	379
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	379
1.11	Quadro-resumo	380
2.	Extorsão	381
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	381
2.1.1	Flanelinhas e similares	383
2.1.2	Alegação de ingresso com ação judicial	383
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	383
2.3	Elemento subjetivo.....	384
2.4	Consumação	384
2.5	Objetos material e jurídico.....	384
2.6	Classificação.....	385
2.7	Causas de aumento de pena.....	385
2.7.1	Paralelo entre roubo com arma de fogo e extorsão com qualquer arma	385
2.8	Crime qualificado pelo resultado lesão grave ou morte (art. 158, § 2.º) ...	386
2.9	Sequestro relâmpago.....	386
2.9.1	Proporcionalidade das penas	387
2.9.2	Tipo remissivo	388
2.9.3	Ausência do rol dos crimes hediondos.....	388
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	388
2.10	Quadro-resumo	389
3.	Extorsão mediante sequestro	389
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	389
3.1.1	Consumação.....	390
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	391
3.3	Elemento subjetivo.....	391
3.4	Objetos material e jurídico.....	391

3.5	Classificação.....	391
3.6	Figuras qualificadas	391
3.6.1	Duração superior a 24 horas.....	391
3.6.2	Sequestro de menor de 18 anos.....	392
3.6.3	Sequestro de idoso.....	392
3.6.4	Bando ou quadrilha.....	392
3.7	Fato que dá margem ao resultado qualificador	392
3.8	Forma qualificada pelo resultado.....	392
3.9	Inviabilidade de aplicação do art. 9.º da Lei 8.072/90	393
3.10	Delação premiada.....	393
3.10.1	Requisitos da delação premiada	393
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	394
3.11	Quadro-resumo	394
4.	Extorsão indireta	395
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	395
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	396
4.3	Elemento subjetivo.....	396
4.4	Objetos material e jurídico.....	396
4.5	Classificação.....	396
4.6	Quadro-resumo	397
	<i>Resumo do capítulo</i>	397
	Capítulo III – Usurpação	399
1.	Proteção constitucional	399
2.	Alteração de limites.....	399
2.1	Sujeitos ativo e passivo.....	400
2.2	Elemento subjetivo.....	400
2.3	Objetos material e jurídico.....	400
2.4	Classificação.....	400
2.5	Quadro-resumo	401
3.	Usurpação de Águas.....	401
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	401
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	402
3.3	Elemento subjetivo.....	402
3.4	Objetos material e jurídico.....	402
3.5	Classificação.....	402
3.6	Quadro-resumo	402

4.	Esbulho possessório	403
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	403
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	405
4.3	Elemento subjetivo.....	405
4.4	Objetos material e jurídico.....	405
4.5	Classificação.....	405
4.6	Concurso com o crime violento	405
4.7	Ação pública incondicionada ou privada.....	405
4.8	Quadro-resumo	406
5.	Supressão ou alteração de marca em animais.....	406
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	406
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	407
5.3	Elemento subjetivo.....	407
5.4	Objetos material e jurídico.....	407
5.5	Classificação.....	407
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	407
5.6	Quadro-resumo	408
	<i>Resumo do capítulo</i>	408
	Capítulo IV – Dano	411
1.	Dano e proteção constitucional.....	411
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	411
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	412
1.3	Elemento subjetivo.....	412
1.4	Objetos material e jurídico.....	412
1.5	Classificação.....	412
1.6	Dano qualificado	413
1.6.1	Preso que danifica a cadeia para fugir	414
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	414
1.7	Quadro-resumo	414
2.	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	415
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	415
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	416
2.3	Elemento subjetivo.....	416
2.4	Objetos material e jurídico.....	416
2.5	Classificação.....	416
2.6	Quadro-resumo	416

3.	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	417
3.1	Revogação deste tipo penal pelo art. 62 da Lei 9.605/98.....	417
3.2	Quadro-resumo	417
4.	Alteração de local especialmente protegido.....	418
4.1	Revogação tácita deste delito, por disciplinar integralmente a matéria nele tratada.....	418
5.	Ação penal.....	418
5.1	Casos de ação penal privada.....	418
5.2	Quadro-resumo	418
	<i>Resumo do capítulo</i>	418
Capítulo V – Apropriação Indébita		421
1.	Apropriação indébita	421
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	421
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	422
1.3	Elemento subjetivo.....	423
1.4	Objetos material e jurídico.....	423
1.5	Classificação.....	423
1.6	Reparação do dano.....	424
1.7	Causas de aumento da pena.....	424
1.8	Apropriação indébita contra idoso	425
1.9	Apropriação indébita de uso.....	426
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	426
1.10	Quadro-resumo	427
2.	Apropriação indébita previdenciária	427
2.1	Fundamento constitucional	427
2.2	Conceito de seguridade social e diferença da previdência social	428
2.3	Estrutura do tipo penal incriminador	429
2.4	Sujeitos ativo e passivo.....	429
2.5	Elemento subjetivo do tipo	429
2.5.1	Exigência do elemento subjetivo específico (dolo específico)...	430
2.6	Diversidade da figura do <i>caput</i> e da prevista no § 1.º.....	431
2.7	Objetos material e jurídico.....	431
2.8	Classificação.....	432
2.9	Competência e ação penal.....	432
2.10	Condição objetiva de punibilidade	432
2.11	Não recolhimento de contribuição ou outra importância destinada à previdência social.....	432

2.11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	432
2.11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	433
2.11.3	Elemento subjetivo do tipo	433
2.11.4	Objetos material e jurídico.....	433
2.11.5	Classificação.....	433
2.12	Não recolhimento de contribuições integrantes de despesas contábeis ou custos relativos a produtos ou serviços.....	434
2.12.1	Estrutura do tipo penal incriminador, sujeitos ativo e passivo e elemento subjetivo.....	434
2.12.1.1	Despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços.....	434
2.12.2	Objetos material e jurídico.....	434
2.12.3	Classificação.....	434
2.13	Não pagamento de benefício devido a segurado	435
2.13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	435
2.13.2	Sujeitos ativo e passivo e elemento subjetivo.....	435
2.13.3	Objetos material e jurídico.....	435
2.13.4	Classificação.....	435
2.14	Causa de extinção da punibilidade (art. 168-A, § 2.º, do CP).....	436
2.15	Não aplicação do art. 34 da Lei 9.249/95.....	438
2.16	Parcelamento do débito administrativamente.....	438
2.17	Perdão judicial ou figura privilegiada.....	439
2.18	Critério para a escolha do juiz.....	439
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	440
2.19	Quadro-resumo	440
3.	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza ...	441
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	441
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	442
3.3	Elemento subjetivo.....	442
3.4	Objetos material e jurídico.....	442
3.5	Classificação.....	442
3.6	Quadro-resumo	443
4.	Apropriação de tesouro	443
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	443
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	444
4.3	Elemento subjetivo.....	444
4.4	Objetos material e jurídico.....	444
4.5	Classificação.....	444

4.6	Quadro-resumo	444
5.	Apropriação de coisa achada.....	445
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	445
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	446
5.3	Elemento subjetivo.....	446
5.4	Objetos material e jurídico.....	446
5.5	Classificação.....	446
5.6	Quadro-resumo	446
6.	Apropriação privilegiada (art. 170 do CP).....	447
	<i>Resumo do capítulo</i>	447
Capítulo VI – Estelionato e Outras Fraudes		449
1.	Estelionato	449
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	449
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	452
1.3	Elemento subjetivo.....	452
1.4	Objetos material e jurídico.....	452
1.5	Classificação.....	452
1.6	Particularidades do estelionato	452
1.6.1	Crime de bagatela.....	452
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	453
1.6.2	Trabalho espiritual	453
1.6.3	Mecanismos grosseiros de engodo.....	454
1.6.4	Esperteza nas atividades comerciais	454
1.6.5	Torpeza bilateral	454
1.6.6	Reparação do dano.....	456
1.6.7	Estelionato judiciário	456
1.6.8	Estelionato como delito instantâneo de efeitos permanentes ou crime permanente.....	456
1.7	Estelionato privilegiado (§ 1.º do art. 171).....	457
1.7.1	Faculdade ou obrigação do juiz.....	458
1.8	Crime de ação pública condicionada à representação da vítima	458
1.9	Quadro-resumo	459
2.	Disposição de coisa alheia como própria	460
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	460
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	461
2.3	Elemento subjetivo.....	461
2.4	Objetos material e jurídico.....	461

2.5	Classificação.....	461
2.6	Furto e disposição de coisa alheia como própria.....	461
3.	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria.....	461
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	461
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	462
3.3	Elemento subjetivo.....	462
3.4	Objetos material e jurídico.....	462
3.5	Classificação.....	463
4.	Defraudação de penhor.....	463
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	463
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	464
4.3	Elemento subjetivo.....	464
4.4	Objetos material e jurídico.....	464
4.5	Classificação.....	464
5.	Fraude na entrega da coisa.....	464
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	464
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	465
5.3	Elemento subjetivo.....	465
5.4	Objetos material e jurídico.....	465
5.5	Classificação.....	465
6.	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro.....	465
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	465
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	466
6.3	Elemento subjetivo.....	466
6.4	Objetos material e jurídico.....	466
6.5	Classificação.....	466
7.	Fraude no pagamento por meio de cheque.....	467
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	467
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	467
7.3	Elemento subjetivo.....	468
7.4	Particularidades do estelionato por meio de cheque.....	468
7.4.1	Análise das Súmulas 246 e 554 do Supremo Tribunal Federal...	468
7.4.2	Cheque pré-datado (pós-datado) ou dado como garantia de pagamento.....	469
7.4.3	Sustação do cheque.....	469
7.4.4	Cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo.....	469
7.4.5	Cheque sem fundos emitido para pagar atividade de prostituição.....	470

7.4.6	Cheque sem fundos emitido em substituição de outro título de crédito.....	470
7.5	Objetos material e jurídico.....	471
7.6	Classificação.....	471
7.7	Fraude eletrônica.....	471
8.	Causas de aumento de pena.....	472
8.1	Princípio da insignificância no estelionato contra entidade pública.....	472
8.2	Entidade de direito público.....	472
8.3	Súmula 24 do Superior Tribunal de Justiça.....	472
8.4	Instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.....	473
8.5	Estelionato contra idoso ou vulnerável.....	473
9.	Duplicata simulada.....	473
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	473
9.1.1	Não correspondência à mercadoria vendida em quantidade ou qualidade ou ao serviço prestado.....	474
9.1.2	Não pagamento da duplicata é questão puramente civil.....	474
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	474
9.3	Elemento subjetivo.....	474
9.4	Objetos material e jurídico.....	474
9.5	Classificação.....	475
9.6	Figura equiparada (parágrafo único do art. 172).....	475
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	475
9.7	Quadro-resumo.....	476
10.	Abuso de incapazes.....	476
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	476
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	477
10.3	Elemento subjetivo.....	477
10.4	Objetos material e jurídico.....	477
10.5	Classificação.....	477
10.6	Quadro-resumo.....	477
11.	Induzimento à especulação.....	478
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	478
11.1.1	Jogo de tampinhas.....	479
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	479
11.3	Elemento subjetivo.....	480
11.4	Objetos material e jurídico.....	480
11.5	Classificação.....	480
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	480
11.6	Quadro-resumo.....	481

12. Fraude no comércio	482
12.1 Estrutura do tipo penal incriminador	482
12.2 Sujeitos ativo e passivo.....	483
12.3 Elemento subjetivo.....	483
12.4 Objetos material e jurídico.....	483
12.5 Classificação.....	483
12.6 Figura privilegiada	483
<i>Jurisprudência selecionada</i>	483
12.7 Quadro-resumo	484
13. Outras fraudes.....	484
13.1 Estrutura do tipo penal incriminador	484
13.2 Sujeitos ativo e passivo.....	486
13.3 Elemento subjetivo.....	486
13.4 Objetos material e jurídico.....	486
13.5 Classificação.....	487
13.6 Pendura.....	487
13.7 Ação penal pública condicionada	488
13.8 Perdão judicial	488
<i>Jurisprudência selecionada</i>	489
13.9 Quadro-resumo	489
14. Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações....	490
14.1 Análise do núcleo do tipo	490
14.2 Sujeitos ativo e passivo.....	490
14.3 Elemento subjetivo.....	491
14.4 Objetos material e jurídico.....	491
14.5 Classificação.....	491
15. Tipos penais subsidiários do art. 177.....	491
15.1 Falsa cotação das ações da sociedade	492
15.1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	492
15.1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	492
15.1.3 Elemento subjetivo.....	492
15.1.4 Objetos material e jurídico.....	492
15.1.5 Classificação.....	492
15.2 Falsa cotação das ações ou de outros títulos da sociedade	492
15.2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	492
15.2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	493
15.2.3 Elemento subjetivo.....	493
15.2.4 Objetos material e jurídico.....	493

15.2.5	Classificação.....	493
15.3	Empréstimo sem autorização	493
15.3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	493
15.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	494
15.3.3	Elemento subjetivo.....	494
15.3.4	Objetos material e jurídico.....	494
15.3.5	Classificação.....	494
15.4	Compra ou venda de ações por conta da sociedade.....	494
15.4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	494
15.4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	495
15.4.3	Elemento subjetivo.....	495
15.4.4	Objetos material e jurídico.....	495
15.4.5	Classificação.....	495
15.5	Penhor ou caução de ações da sociedade.....	495
15.5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	495
15.5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	495
15.5.3	Elemento subjetivo.....	495
15.5.4	Objetos material e jurídico.....	496
15.5.5	Classificação.....	496
15.6	Lucros ou dividendos fictícios.....	496
15.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	496
15.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	496
15.6.3	Elemento subjetivo.....	496
15.6.4	Objetos material e jurídico.....	496
15.6.5	Classificação.....	496
15.7	Aprovação de contas ou pareceres por meio de fraudes em assembleias.....	497
15.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	497
15.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	497
15.7.3	Elemento subjetivo.....	497
15.7.4	Objetos material ou jurídico	497
15.7.5	Classificação.....	497
15.8	Crimes cometidos pelo liquidante da sociedade.....	498
15.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	498
15.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	498
15.8.3	Tipo penal remetido.....	498
15.9	Falsa informação ao Governo.....	498

15.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	498
15.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	498
15.9.3	Elemento subjetivo.....	498
15.9.4	Objetos material e jurídico.....	498
15.9.5	Classificação.....	498
15.10	Negociação de votos.....	499
15.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	499
15.10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	499
15.10.3	Elemento subjetivo.....	500
15.10.4	Objetos material e jurídico.....	500
15.10.5	Classificação.....	500
15.11	Causa de extinção da punibilidade, prevista em norma especial.....	500
15.12	Quadro-resumo	500
16.	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i>	501
16.1	Estrutura do tipo penal incriminador	501
16.2	Sujeitos ativo e passivo.....	503
16.3	Elemento subjetivo.....	503
16.4	Objetos material e jurídico.....	503
16.5	Classificação.....	503
16.6	Quadro-resumo	503
17.	Fraude à execução	504
17.1	Estrutura do tipo penal incriminador	504
17.2	Sujeitos ativo e passivo.....	505
17.3	Elemento subjetivo.....	505
17.4	Objetos material e jurídico.....	505
17.5	Classificação.....	505
17.6	Ação penal privada.....	505
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	506
17.7	Quadro-resumo	506
	<i>Resumo do capítulo</i>	507
	Capítulo VII – Receptação	509
1.	Receptação.....	509
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador e aspectos históricos	509
1.1.1	Conceito de coisa.....	511
1.1.2	Produto de crime.....	511
1.1.3	Receptação de receptação.....	512

1.1.4	Receptação de coisa insignificante.....	512
1.1.5	Antecedentes históricos.....	512
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	512
1.3	Elemento subjetivo.....	512
1.4	Objetos material e jurídico.....	513
1.5	Classificação.....	513
1.6	Receptação qualificada	515
1.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	515
1.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	516
1.6.3	Elemento subjetivo e aplicação da pena	516
1.6.4	Objetos material e jurídico.....	518
1.6.5	Classificação.....	518
1.7	Norma penal explicativa.....	519
1.8	Receptação culposa	519
1.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	519
1.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	520
1.8.3	Objetos material e jurídico.....	520
1.8.4	Natureza do objeto ou desproporção entre o valor e o preço.....	520
1.8.5	Condição de quem a oferece.....	520
1.8.6	Deve presumir-se.....	520
1.8.7	Classificação.....	521
1.9	Receptação punível autonomamente.....	521
1.10	Autor de crime.....	521
1.11	Perdão judicial	524
1.12	Figura privilegiada (§ 5.º).....	524
1.13	Tipo qualificado	524
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	525
1.14	Quadro-resumo	525
2.	Receptação de animal	526
2.1	Estrutura do tipo incriminador.....	526
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	527
2.3	Elemento subjetivo.....	527
2.4	Objetos material e jurídico.....	528
2.5	Classificação.....	528
2.6	Quadro-resumo	528
	<i>Resumo do capítulo</i>	529

Capítulo VIII – Imunidades	531
1. Imunidade penal absoluta ou impunibilidade absoluta	531
1.1 Impossibilidade de instauração de inquérito policial.....	532
1.2 Crimes que admitem a incidência da imunidade penal absoluta	532
1.3 Erro quanto à propriedade do objeto material.....	532
1.4 Cônjuge na constância da sociedade conjugal (art. 181, I, do CP).....	533
<i>Jurisprudência selecionada</i>	534
1.5 Delito cometido durante o noivado, com posterior casamento.....	534
1.6 Crime cometido durante casamento depois constatado nulo	534
1.7 Ascendente e descendente (art. 181, II, do CP)	535
<i>Jurisprudência selecionada</i>	535
1.8 Prova do parentesco.....	535
1.9 Crime de ação pública condicionada.....	536
1.10 Erro quanto à propriedade do objeto material.....	536
1.11 Cônjuge separado judicialmente (art. 182, I, do CP)	536
1.12 Irmãos, legítimos ou ilegítimos (art. 182, II, do CP)	536
<i>Jurisprudência selecionada</i>	536
1.13 Tio ou sobrinho, havendo coabitação (art. 182, III, do CP)	537
<i>Jurisprudência selecionada</i>	537
1.14 Afastamento das imunidades (art. 183 do CP)	538
1.14.1 Roubo, extorsão ou qualquer crime em que haja violência ou grave ameaça.....	538
1.14.2 Estranho que participa do crime.....	538
1.14.3 Idoso.....	538
<i>Jurisprudência selecionada</i>	538
<i>Resumo do capítulo</i>	539

PARTE 3

CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I – Crimes contra a Propriedade Intelectual	543
1. Proteção constitucional	543
2. Violação de direito autoral	544
2.1 Direitos de autor	544
2.1.1 Direitos conexos aos de autor	544
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador	545
2.3 Sujeitos ativo e passivo.....	546

2.4	Elemento subjetivo.....	546
2.5	Excludentes de tipicidade.....	546
2.6	Excludentes supralegais de tipicidade	547
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	548
2.7	Objetos material e jurídico.....	549
2.8	Classificação.....	549
2.9	Materialidade do crime	549
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	550
2.10	Elementos da figura qualificada	550
2.11	Elemento subjetivo específico da qualificadora	551
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	551
2.12	Meio ou processo de execução	551
2.13	Fonograma ou videofonograma	552
2.14	Autor, artista intérprete ou executante e produtor.....	552
2.15	Observação sobre a multa	553
2.16	A qualificadora e a pena mínima	553
2.17	Comercialização do produto	553
2.18	Sujeitos ativo e passivo.....	554
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	554
2.19	Elemento subjetivo específico.....	554
2.20	Confronto entre violação de direitos autorais e descaminho	555
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	555
2.21	Classificação.....	555
2.22	Violação do direito de autor por outros meios (cabo, fibra ótica, satélite, ondas)	555
2.22.1	Determinação para a destruição da produção ou reprodução criminosa.....	556
2.23	Crime de violação de direito do autor de programas produzidos para computador (<i>softwares</i>)	557
2.24	Exceções ou limitações ao direito de autor	557
2.25	Quadro-resumo	558
3.	Ação penal	559
3.1	Ação penal privada (art. 186, I, do CP).....	559
3.2	Ação pública incondicionada quando houver intuito de lucro (art. 186, II, do CP).....	559
3.3	Ação pública condicionada à representação (art. 186, IV, do CP).....	560
3.4	Facilitação do procedimento.....	560
3.5	Proteção especial às entidades de direito público (art. 186, III, do CP).....	560
	<i>Resumo do capítulo</i>	560

PARTE 4

CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Capítulo I – Crimes contra a Organização do Trabalho	563
1. Proteção constitucional	563
<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>563</i>
2. Crítica ao título <i>organização do trabalho</i>	564
3. Atentado contra a liberdade de trabalho	564
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	564
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	565
3.3 Elemento subjetivo.....	566
3.4 Objetos material e jurídico.....	566
3.5 Classificação.....	566
3.6 Competência	567
<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>567</i>
3.7 Quadro-resumo	567
4. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	568
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	568
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	569
4.3 Elemento subjetivo.....	569
4.4 Objetos material e jurídico.....	569
4.5 Classificação.....	569
4.6 Competência	569
4.7 Quadro-resumo	570
5. Atentado contra a liberdade de associação	570
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador	570
5.2 Sujeitos ativo e passivo.....	571
5.3 Elemento subjetivo.....	571
5.4 Objetos material e jurídico.....	571
5.5 Classificação.....	571
5.6 Competência	571
5.7 Quadro-resumo	571
6. Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	572
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador	572
6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	573
6.3 Elemento subjetivo.....	573

6.4	Objetos material e jurídico.....	573
6.5	Classificação.....	573
6.6	Competência.....	573
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	573
6.7	Quadro-resumo	574
7.	Paralisação de trabalho de interesse coletivo.....	574
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	574
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	575
7.3	Elemento subjetivo.....	575
7.4	Objetos material e jurídico.....	575
7.5	Classificação.....	576
7.6	Competência.....	576
7.7	Quadro-resumo	576
8.	Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. sabotagem... 576	576
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	576
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	577
8.3	Elemento subjetivo.....	577
8.4	Objetos material e jurídico.....	577
8.5	Classificação.....	577
8.6	Competência.....	577
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	577
8.7	Quadro-resumo	578
9.	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista.....	578
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	578
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	579
9.3	Elemento subjetivo.....	579
9.4	Objetos material e jurídico.....	579
9.5	Classificação.....	580
9.6	Competência.....	580
9.7	Causa de aumento	580
9.8	Quadro-resumo	582
10.	Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.....	583
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	583
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	584
10.3	Elemento subjetivo.....	584
10.4	Objetos material e jurídico.....	584
10.5	Classificação.....	584
10.6	Competência.....	585
10.7	Quadro-resumo	585

11. Exercício de atividade com infração de decisão administrativa	585
11.1 Estrutura do tipo penal incriminador	585
11.2 Sujeitos ativo e passivo.....	586
11.3 Elemento subjetivo.....	586
11.4 Objetos material e jurídico.....	586
11.5 Classificação.....	586
11.6 Competência	586
<i>Jurisprudência selecionada</i>	586
11.7 Quadro-resumo	587
12. Aliciamento para o fim de emigração.....	587
12.1 Estrutura do tipo penal incriminador	587
12.2 Sujeitos ativo e passivo.....	587
12.3 Elemento subjetivo.....	587
12.4 Objetos material e jurídico.....	588
12.5 Classificação.....	588
12.6 Competência	588
<i>Jurisprudência selecionada</i>	588
12.7 Quadro-resumo	589
13. Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional...	589
13.1 Estrutura do tipo penal incriminador	589
13.2 Sujeitos ativo e passivo.....	589
13.3 Elemento subjetivo.....	589
13.4 Objetos material e jurídico.....	590
13.5 Classificação.....	590
13.6 Competência	590
13.7 Figura equiparada	590
13.8 Classificação.....	590
13.9 Causa de aumento da pena (art. 207, § 2.º, do CP).....	590
13.10 Quadro-resumo	590
<i>Resumo do capítulo</i>	591

PARTE 5

CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I – Crimes contra o Sentimento Religioso	597
1. Proteção constitucional	597
2. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.....	597

2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	597
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	598
2.3	Elemento subjetivo do tipo	598
2.4	Objetos material e jurídico.....	599
2.5	Classificação.....	599
2.6	Causa de aumento (art. 208, parágrafo único)	600
2.7	Sistema da acumulação material	600
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	600
Capítulo II – Crimes contra o Respeito aos Mortos.....		603
1.	Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária.....	603
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	603
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	603
1.3	Elemento subjetivo do tipo	604
1.4	Objetos material e jurídico.....	604
1.5	Classificação.....	604
1.6	Causa de aumento	604
1.7	Sistema da acumulação material	604
1.8	Quadro-resumo	604
2.	Violação de sepultura.....	605
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	605
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	605
2.3	Elemento subjetivo.....	605
2.4	Objetos material e jurídico.....	606
2.5	Classificação.....	606
2.6	Violação com a finalidade de furtar.....	606
2.7	Quadro-resumo	606
3.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	607
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	607
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	607
3.3	Elemento subjetivo do tipo	607
3.4	Erro de proibição.....	607
3.5	Objetos material e jurídico.....	607
3.6	Classificação.....	608
3.7	Confronto com a autodefesa.....	608
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	608
3.8	Quadro-resumo	609

4. Vilipêndio a cadáver.....	609
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	609
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	609
4.3 Elemento subjetivo do tipo	610
4.4 Objetos material e jurídico.....	610
4.5 Classificação.....	610
4.6 Quadro-resumo	610
<i>Resumo do capítulo</i>	611
Referências Bibliográficas	613
Obras do Autor	651

GUILHERME DE SOUZA **NUCCI**

CURSO DE **DIREITO PENAL**

PARTE ESPECIAL

ARTS. 213 A 361 DO CÓDIGO PENAL

VOL. 3

6^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

Fechamento desta edição: 23.02.2022

O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

Capa: Danilo Oliveira

**CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

N876c

v. 3

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de direito penal: parte especial arts. 213 a 361 do código penal / Guilherme de Souza Nucci.

– 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

(Curso de direito penal; 3)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-373-8

1. Direito penal – Brasil. I. Título. II. Série.

22-76144

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

PARTE 1

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I – Crimes contra a Liberdade Sexual	3
1. Crimes contra a dignidade sexual	3
1.1 Instinto sexual.....	5
2. Estupro.....	6
2.1 Crime hediondo	6
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador	7
<i>Jurisprudência selecionada</i>	8
2.3 Estupro como crime único de condutas alternativas.....	8
<i>Jurisprudência selecionada</i>	12
2.4 Sujeitos ativo e passivo.....	13
2.5 Elemento subjetivo	14
2.6 Particularidades do crime de estupro	14
2.6.1 Estupro de prostituta	14
<i>Jurisprudência selecionada</i>	15
2.6.2 O cônjuge como sujeito ativo	16
2.6.3 Dificuldade de prova do estupro cometido pelo cônjuge	17
2.6.4 Participação e coautoria	18
2.6.5 Autoria mediata	18

2.6.6	Concurso de pessoas a distância	18
2.6.7	Conjunção carnal	18
2.6.8	Ato libidinoso e o beijo lascivo	18
2.6.9	Consumação	19
<i>Jurisprudência selecionada</i>		19
2.6.10	Estupro por inseminação artificial	20
2.6.11	Impotência sexual e estupro	20
2.6.12	Violência exercida contra pessoa diversa da vítima	20
2.6.13	Violência exercida contra coisa	21
2.6.14	(In)justiça da ameaça	21
2.6.15	Grau de resistência da vítima	22
2.6.16	Duração do dissenso da vítima	22
2.6.17	Concurso com o atentado violento ao pudor	23
2.6.18	Exame de corpo de delito	24
<i>Jurisprudência selecionada</i>		24
2.6.19	Ausência de lesões à vítima	25
2.6.20	Condenação por estupro baseada na palavra da vítima	25
<i>Jurisprudência selecionada</i>		25
2.6.21	Apoio à vítima de violência sexual	26
2.6.22	Declarações de crianças e adolescentes	26
<i>Jurisprudência selecionada</i>		27
2.7	Causa de aumento de pena trazida pela Lei dos Crimes Hediondos ...	27
2.8	Estupro e importunação sexual	28
2.8.1	Aproveitamento de situação em local apertado ou lotado	28
2.9	Distinção entre estupro e constrangimento ilegal	28
2.10	Concurso de crimes no contexto do estupro	28
2.11	Objetos material e jurídico	29
2.12	Classificação	29
2.13	Crime qualificado pelo resultado lesão grave	29
2.14	Aplicação fiel do art. 19 do Código Penal (dolo e culpa no resultado)	30
2.15	Qualificadora	31
2.16	Crime qualificado pelo resultado morte	32
2.17	Quadro-resumo	32
3.	Violação sexual mediante fraude	33
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	33
3.1.1	Confusão com o art. 217-A e cautela na aplicação do art. 215 ...	34
3.2	Sujeitos ativo e passivo	35
3.3	Elemento subjetivo	35
3.4	Objetos material e jurídico	35
3.5	Classificação	35
3.6	Aplicação da multa	35
<i>Jurisprudência selecionada</i>		36
3.7	Quadro-resumo	36

4.	Importunação sexual.....	37
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	37
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	37
4.3	Elemento subjetivo.....	37
4.4	Objetos material e jurídico.....	38
4.5	Classificação.....	38
4.6	Quadro-resumo	38
5.	Assédio sexual.....	38
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	38
5.1.1	Sobre o princípio da intervenção mínima	41
5.2	Sujeitos ativo e passivo	42
5.3	Elemento subjetivo	42
5.4	Seriedade da ameaça	42
5.5	Injustiça da ameaça	43
5.6	Objetos material e jurídico	43
5.7	Classificação	43
5.8	Particularidades do crime de assédio sexual	44
5.8.1	Relação entre docente e aluno	44
5.8.2	Relação entre ministro religioso e fiel	44
5.8.3	Relação entre patrão e empregada doméstica	44
5.8.4	Paixão do agente pela vítima	45
5.9	Causas de aumento da pena	45
5.10	Veto ao parágrafo único	46
5.11	Causa específica de aumento de pena	46
5.11.1	Aumento de até um terço	46
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	47
5.12	Quadro-resumo.....	47
	<i>Resumo do capítulo</i>	48
	Capítulo I-A – Exposição da Intimidade Sexual	49
1.	Registro não autorizado da intimidade sexual	49
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	49
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	51
1.3	Elemento subjetivo.....	51
1.4	Objetos material e jurídico.....	51
1.5	Classificação.....	51
1.6	Excludente de ilicitude ou de culpabilidade	51
	<i>Resumo do capítulo</i>	52
	Capítulo II – Crimes Sexuais contra Vulnerável	53
1.	Estupro de vulnerável	53
1.1	Vulnerabilidade	53
1.1.1	Crime hediondo.....	54
1.2	Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa	54
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	57

1.3	Precedente jurisprudencial sobre presunção de violência	58
1.4	Estrutura do tipo penal incriminador	60
1.4.1	Erro de tipo	60
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	61
1.4.2	União estável da ofendida com o agressor	61
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	61
1.4.3	Pedofilia	62
1.5	Sujeitos ativo e passivo	63
1.6	Elemento subjetivo	63
1.7	Objetos material e jurídico	63
1.8	Classificação.....	63
1.9	Outras pessoas vulneráveis	63
1.10	Conflito aparente de normas	64
1.11	Enfoque especial para a pessoa incapaz de oferecer resistência.....	65
1.12	Crime qualificado pelo resultado lesão grave	65
1.13	Crime qualificado pelo resultado morte	65
1.14	Erro de tipo e erro de proibição	65
1.15	Lei mais gravosa e retroatividade benéfica	66
1.16	Infiltração de agentes.....	66
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	66
1.17	Quadro-resumo	67
2.	Corrupção de menores	68
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	68
2.2	Sujeitos ativo e passivo	69
2.3	Elemento subjetivo	69
2.4	Objetos material e jurídico	69
2.5	Classificação	69
2.6	Corrupção de menores	69
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	70
2.7	Quadro-resumo	70
3.	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	71
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	71
3.2	Sujeitos ativo e passivo	71
3.3	Elemento subjetivo	71
3.4	Objetos material e jurídico	72
3.5	Classificação	72
3.6	Distinção com o delito previsto no art. 241-D da Lei 8.069/90	72
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	72
3.7	Quadro-resumo	72
4.	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	73
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	73
4.1.1	Exploração sexual.....	74
4.1.2	Confronto com o art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente	75

4.2	Sujeitos ativo e passivo	75
4.3	Elemento subjetivo	75
4.4	Objetos material e jurídico	75
4.5	Classificação	76
4.6	Finalidade de obtenção de vantagem econômica	76
4.7	Partícipe do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	76
4.8	Outra possibilidade de participação do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	77
4.9	Efeito da condenação	77
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	77
4.10	Quadro-resumo	78
5.	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	78
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	78
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	79
5.3	Elemento subjetivo.....	79
5.4	Objetos material e jurídico.....	80
5.5	Classificação.....	80
5.6	Causa de aumento	80
5.7	Exclusão da ilicitude	80
5.8	Quadro-resumo	81
	<i>Resumo do capítulo</i>	82
	Capítulo III – Ação Penal e Aumento de Pena	83
1.	Ação penal	83
1.1	Ação penal pública	83
1.2	A Súmula 608 do STF	84
2.	Aumento de pena	84
	<i>Resumo do capítulo</i>	85
	Capítulo IV – Lenocínio e Tráfico de Pessoa para Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual	87
1.	Conceito de lenocínio e sua decadência como controle moral	87
2.	Mediação para servir a lascívia de outrem.....	88
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	88
2.2	Sujeitos ativo e passivo	88
2.3	Elemento subjetivo	89
2.4	Objetos material e jurídico	89
2.5	Classificação	89
2.6	Figura qualificada do § 1.º	89
2.7	Figura qualificada pelo emprego de violência, grave ameaça ou fraude do § 2.º	90
2.8	Finalidade de lucro.....	90
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	90
2.9	Quadro-resumo	91

3.	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	91
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	91
3.1.1	Prostituição	92
3.1.2	Exploração sexual	93
3.2	Sujeitos ativo e passivo	93
3.3	Elemento subjetivo	93
3.4	Objetos material e jurídico	94
3.5	Classificação.....	94
3.6	Pena pecuniária	94
3.7	Figura qualificada do § 1.º	95
3.8	Figura qualificada pelo emprego de violência, grave ameaça, fraude ou meio similar do § 2.º.....	95
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	95
3.9	Quadro-resumo	95
4.	Local de exploração sexual	96
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	96
4.1.1	Prostituição e exploração sexual	98
4.1.2	Estabelecimento em que ocorra exploração sexual	100
4.1.3	Ofensa ao princípio constitucional da intervenção mínima.....	100
4.2	Sujeitos ativo e passivo	101
4.2.1	Diferença entre proxeneta e rufião	101
4.3	Elemento subjetivo	101
4.4	Objetos material e jurídico	102
4.4.1	Casas de massagem, motéis, hotéis de alta rotatividade, saunas, bares ou cafés, <i>drive-in</i> , boates, casas de relaxamento (<i>relax for men</i>)	102
4.5	Classificação	102
4.5.1	Conflito entre habitualidade e permanência e inviabilidade da prisão em flagrante	102
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	106
4.6	Quadro-resumo	106
5.	Rufianismo	107
5.1	Conceito de rufianismo	107
5.2	Estrutura do tipo penal incriminador	107
5.3	Sujeitos ativo e passivo	108
5.4	Elemento subjetivo	108
5.5	Objetos material e jurídico	108
5.6	Classificação.....	108
5.7	Figura qualificada por conta da vítima ou do agente do § 1.º.....	109
5.8	Figura qualificada por conta do meio empregado do § 2.º	109
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	109
5.9	Quadro-resumo	110
6.	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.....	110
7.	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	110
8.	Promoção de migração ilegal.....	111

8.1	Aspectos gerais	111
8.2	Estrutura do tipo penal incriminador	111
8.3	Sujeitos ativo e passivo.....	112
8.4	Elemento subjetivo.....	112
8.5	Objetos material e jurídico.....	112
8.6	Classificação.....	112
8.7	Causas de aumento de pena.....	112
8.8	Sistema da acumulação material	113
8.9	Quadro-resumo	113
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>114</i>
Capítulo V – Ultraje Público ao Pudor.....		115
1.	Conceito de ultraje público ao pudor	115
2.	Ato obsceno.....	117
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	117
2.2	Sujeitos ativo e passivo	118
2.3	Elemento subjetivo	118
2.4	Objetos material e jurídico	118
2.5	Classificação	118
2.6	Crime impossível	119
2.7	A questão do beijo lascivo.....	119
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>120</i>
2.8	Quadro-resumo	121
3.	Escrito ou objeto obsceno	121
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	121
3.2	Sujeitos ativo e passivo	122
3.3	Elemento subjetivo	122
3.4	Objetos material e jurídico	122
3.5	Inconstitucionalidade do art. 234	122
3.6	Classificação	123
3.7	Figuras equiparadas do parágrafo único.....	124
3.7.1	Venda, distribuição ou exposição de objeto obsceno.....	124
3.7.1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	124
3.7.1.2	Sujeitos ativo e passivo	124
3.7.1.3	Elemento subjetivo	124
3.7.1.4	Objetos material e jurídico	124
3.7.1.5	Classificação	124
3.7.2	Representação teatral ou exibição cinematográfica de caráter obsceno.....	124
3.7.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	124
3.7.2.2	Sujeitos ativo e passivo	125
3.7.2.3	Elemento subjetivo	125
3.7.2.4	Objetos material e jurídico	125
3.7.2.5	Classificação	125

3.7.3	Audição ou recitação de caráter obsceno	125
3.7.3.1	Estrutura do tipo incriminador	125
3.7.3.2	Sujeitos ativo e passivo	125
3.7.3.3	Elemento subjetivo	125
3.7.3.4	Objetos material e jurídico	126
3.7.3.5	Classificação	126
3.8	Quadro-resumo	126
	<i>Resumo do capítulo</i>	127

Capítulo VI – Causas de Aumento e Segredo de Justiça	129
1. Causa de aumento de pena em razão de gravidez	129
2. Causa de aumento em face de doença sexualmente transmissível	130
3. Segredo de justiça	130

PARTE 2

CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I – Crimes contra o Casamento	133
1. Proteção constitucional	133
2. Bigamia	133
2.1 Conceito de bigamia	133
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador	134
2.2.1 Exceção pluralística à teoria monística	134
2.3 Sujeitos ativo e passivo	135
2.4 Elemento subjetivo	135
2.5 Objetos material e jurídico.....	135
2.6 Classificação	136
2.7 Prescrição	136
2.8 Concurso de crimes	136
2.9 Bigamia e erro de proibição	136
2.10 Pena alternativa	137
2.11 Concurso de pessoas	137
2.12 Causa específica de exclusão da tipicidade	137
2.13 Princípio da intervenção mínima	137
<i>Jurisprudência selecionada</i>	137
2.14 Quadro-resumo	138
3. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.....	138
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	138
3.2 Sujeitos ativo e passivo	139
3.3 Elemento subjetivo	139
3.4 Erro essencial	139
3.5 Impedimento matrimonial	139
3.6 Objetos material e jurídico	140
3.7 Classificação	140

3.8	Ação penal privada personalíssima	140
3.9	Condição de procedibilidade e objetiva de punibilidade	140
3.10	Quadro-resumo	141
4.	Conhecimento prévio de impedimento	141
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	141
4.2	Sujeitos ativo e passivo	142
4.3	Elemento subjetivo	142
4.4	Impedimento que lhe cause a nulidade absoluta	142
4.5	Objetos material e jurídico	142
4.6	Classificação	142
4.7	Quadro-resumo	143
5.	Simulação de autoridade para celebração de casamento	143
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	143
5.2	Sujeitos ativo e passivo	144
5.3	Elemento subjetivo	144
5.4	Objetos material e jurídico	144
5.5	Classificação	144
5.6	Quadro-resumo	145
6.	Simulação de casamento.....	145
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	145
6.2	Sujeitos ativo e passivo	146
6.3	Elemento subjetivo	146
6.4	Objetos material e jurídico.....	146
6.5	Classificação	146
6.6	Quadro-resumo.....	146
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	147

Capítulo II – Crimes contra o Estado de Filiação	149
1. Registro de nascimento inexistente.....	149
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	149
1.2 Sujeitos ativo e passivo	149
1.3 Elemento subjetivo	149
1.4 Objetos material e jurídico	149
1.5 Classificação.....	150
1.6 Prescrição	150
1.7 Quadro-resumo.....	150
2. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido.....	150
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	150
2.2 Sujeitos ativo e passivo	152
2.3 Elemento subjetivo	152
2.4 Objetos material e jurídico	152
2.5 Classificação	152
2.6 Figura privilegiada ou perdão judicial	152
2.7 Prescrição	153

<i>Jurisprudência selecionada</i>	153
2.8 Quadro-resumo	154
3. Sonegação de estado de filiação.....	154
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	154
3.2 Sujeitos ativo e passivo	155
3.3 Elemento subjetivo	155
3.4 Objetos material e jurídico	155
3.5 Classificação	155
3.6 Quadro-resumo	155
<i>Resumo do capítulo</i>	156

Capítulo III – Crimes contra a Assistência Familiar

1. Proteção constitucional	157
2. Abandono material.....	157
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	157
2.2 Sujeitos ativo e passivo	159
2.3 Elemento subjetivo	159
2.4 Objetos material e jurídico	160
2.5 Classificação	160
2.6 Pena de multa fixada em salário mínimo	160
2.7 Figura equiparada	160
2.7.1 Estrutura do tipo penal incriminador	160
2.7.2 Sujeitos ativo e passivo	160
2.7.3 Qualquer modo	160
2.7.4 Abandono injustificado de emprego ou função	160
<i>Jurisprudência selecionada</i>	161
2.8 Quadro-resumo	161
3. Entrega de filho menor a pessoa inidônea	162
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	162
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	163
3.3 Elemento subjetivo	163
3.4 Objetos material e jurídico	164
3.5 Classificação.....	164
3.6 Confronto com o art. 238 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	164
3.7 Figuras qualificadas	164
3.7.1 Elemento subjetivo	164
3.7.2 Classificação	165
3.7.3 Confronto com o art. 239 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	165
3.8 Quadro-resumo	165
4. Abandono intelectual.....	166
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	166
4.2 Sujeitos ativo e passivo	166
4.3 Elemento subjetivo	166

4.4	Objetos material e jurídico	166
4.5	Classificação	166
4.6	Quadro-resumo	167
5.	Abandono moral.....	167
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	167
5.2	Critério da especialidade	168
5.3	Sujeitos ativo e passivo	169
5.4	Elemento subjetivo	169
5.5	Objetos material e jurídico	169
5.6	Classificação	169
5.7	Quadro-resumo.....	169
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	170
Capítulo IV – Crimes contra o Pátrio Poder, Tutela ou Curatela		173
1.	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	173
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	173
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	174
1.3	Elemento subjetivo	174
1.4	Objetos material e jurídico	174
1.5	Classificação	174
1.6	Quadro-resumo	175
2.	Subtração de incapazes	175
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	175
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	176
2.3	Elemento subjetivo	176
2.4	Objetos material e jurídico	176
2.5	Classificação	176
2.6	Confronto com o art. 237 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	176
2.7	Norma explicativa	177
2.8	Perdão judicial	177
2.9	Quadro-resumo.....	177
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	178

PARTE 3

CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I – Crimes de Perigo Comum		183
1.	Incêndio.....	183
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	183
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	185
1.2.1	Concurso de pessoas.....	185
1.3	Elemento subjetivo	185
1.4	Objetos material e jurídico	185

1.5	Classificação	186
1.6	Exame pericial	186
1.7	Concurso de crimes	186
1.8	Causas de aumento da pena	186
1.8.1	Finalidade específica	186
1.8.2	Razão do aumento no caso das hipóteses previstas no inciso II...	187
1.8.2.1	Casa habitada ou destinada a habitação	187
1.8.2.2	Edifício público ou destinado ao público	187
1.8.2.3	Embarcação, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo	187
1.8.2.4	Estação ferroviária ou aeródromo	188
1.8.2.5	Estaleiro, fábrica ou oficina	188
1.8.2.6	Depósito de explosivo, combustível ou inflamável	188
1.8.2.7	Poço petrolífero ou galeria de mineração	188
1.8.2.8	Lavoura, pastagem, mata ou floresta	188
1.9	Figura culposa	188
1.10	Queimada	188
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	189
1.11	Quadro-resumo	189
2.	Explosão.....	190
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	190
2.2	Sujeitos ativo e passivo	191
2.3	Elemento subjetivo	191
2.4	Objetos material e jurídico	191
2.5	Classificação	191
2.6	Tipo privilegiado	191
2.7	Causa de aumento	192
2.8	Figura culposa.....	192
2.9	Quadro-resumo	192
3.	Uso de gás tóxico ou asfixiante	193
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	193
3.2	Sujeitos ativo e passivo	194
3.3	Elemento subjetivo.....	194
3.4	Objetos material e jurídico	194
3.5	Classificação	194
3.6	Tipo culposo	194
3.7	Quadro-resumo	195
4.	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante.....	195
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	195
4.2	Sujeitos ativo e passivo	196
4.3	Elemento subjetivo.....	196
4.4	Objetos material e jurídico	196
4.5	Classificação	196
4.6	Quadro-resumo	197

5.	Inundação.....	197
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	197
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	198
5.3	Elemento subjetivo.....	198
5.4	Objetos material e jurídico.....	198
5.5	Classificação.....	198
5.6	Quadro-resumo.....	199
6.	Perigo de inundação.....	199
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	199
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	200
6.3	Elemento subjetivo.....	200
6.4	Objetos material e jurídico.....	200
6.5	Classificação.....	200
6.6	Quadro-resumo.....	200
7.	Desabamento ou desmoronamento.....	201
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	201
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	202
7.3	Elemento subjetivo.....	202
7.3.1	Concurso de crimes pela alteração do elemento subjetivo.....	202
7.4	Objetos material e jurídico.....	202
7.5	Classificação.....	202
7.6	Figura culposa.....	202
7.7	Quadro-resumo.....	203
8.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.....	203
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	203
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	204
8.3	Elemento subjetivo.....	204
8.4	Objetos material e jurídico.....	204
8.5	Classificação.....	204
8.6	Quadro-resumo.....	204
9.	Formas qualificadas de crime de perigo comum.....	205
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	205
9.1	Quadro-resumo.....	206
10.	Difusão de doença ou praga.....	206
10.1	Confronto com o art. 61 da Lei 9.605/98.....	206
10.2	Quadro-resumo.....	206
	<i>Resumo do capítulo</i>	207

Capítulo II – Crimes contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte e Outros Serviços Públicos.....

1.	Perigo de desastre ferroviário.....	211
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	211
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	212
1.3	Elemento subjetivo.....	213
1.4	Objetos material e jurídico.....	213

1.5	Classificação.....	213
1.6	Concurso com furto	213
1.7	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	213
1.8	Crime qualificado pelo resultado, com culpa, do § 2.º.....	214
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	214
1.9	Quadro-resumo	215
2.	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo.....	216
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	216
2.1.1	Itens prejudiciais à navegação aérea	216
2.2	Sujeitos ativo e passivo	217
2.3	Elemento subjetivo	217
2.4	Objetos material e jurídico	217
2.5	Classificação	217
2.6	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º	217
2.7	Figura qualificada do § 2.º	218
2.8	Crime qualificado pelo resultado do § 3.º.....	218
2.9	Quadro-resumo.....	218
3.	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte.....	219
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	219
3.2	Sujeitos ativo e passivo	219
3.3	Elemento subjetivo	219
3.4	Objetos material e jurídico	219
3.5	Classificação	220
3.6	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	220
3.7	Crime qualificado pelo resultado do § 2.º.....	220
3.8	Quadro-resumo.....	220
4.	Forma qualificada remetida.....	221
4.1	Quadro-resumo.....	221
5.	Arremesso de projétil.....	221
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	221
5.2	Sujeitos ativo e passivo	222
5.3	Elemento subjetivo.....	222
5.4	Objetos material e jurídico	222
5.5	Classificação.....	222
5.6	Crime qualificado pelo resultado do parágrafo único	223
5.7	Quadro-resumo.....	223
6.	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.....	224
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	224
6.2	Sujeitos ativo e passivo	224
6.3	Elemento subjetivo	224
6.4	Objetos material e jurídico	225
6.5	Classificação	225
6.6	Crime qualificado pelo resultado	225
6.7	Quadro-resumo.....	225

7.	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	226
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	226
7.2	Sujeitos ativo e passivo	226
7.3	Elemento subjetivo	227
7.4	Objetos material e jurídico	227
7.5	Classificação	227
7.6	Figura similar do § 1.º.....	227
7.6.1	Sujeitos ativo e passivo	227
7.6.2	Elemento subjetivo	227
7.6.3	Objetos material e jurídico	228
7.6.4	Classificação	228
7.6.5	Figura qualificada do § 2.º.....	228
7.7	Quadro-resumo.....	228
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	230
Capítulo III	– Crimes contra a Saúde Pública	233
1.	Epidemia.....	233
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	233
1.2	Sujeitos ativo e passivo	234
1.3	Elemento subjetivo	234
1.4	Objetos material e jurídico	234
1.5	Classificação	234
1.6	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	235
1.7	Forma culposa e qualificada pelo resultado	235
1.8	Quadro-resumo.....	236
2.	Infração de medida sanitária preventiva.....	236
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	236
2.2	Sujeitos ativo e passivo	238
2.3	Elemento subjetivo.....	238
2.4	Objetos material e jurídico.....	238
2.5	Classificação	238
2.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único.....	239
2.7	Quadro-resumo.....	239
3.	Omissão de notificação de doença.....	239
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	239
3.2	Sujeitos ativo e passivo	240
3.3	Elemento subjetivo	240
3.4	Objetos material e jurídico	240
3.5	Classificação	241
3.6	Quadro-resumo.....	241
4.	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal...	241
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	241
4.1.1	Desproporcionalidade da pena.....	242
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	242

4.3	Elemento subjetivo	242
4.4	Objetos material e jurídico	243
4.5	Classificação	243
4.5.1	Delito que era considerado hediondo	243
4.6	Figura equiparada do § 1.º	243
4.7	Elemento subjetivo	243
4.8	Figura culposa	244
4.9	Quadro-resumo	244
5.	Corrupção ou poluição de água potável.....	244
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	244
5.2	Sujeitos ativo e passivo	245
5.3	Elemento subjetivo	245
5.4	Objetos material e jurídico	245
5.5	Classificação.....	245
5.6	Forma culposa	246
5.7	Quadro-resumo	246
6.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	246
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	246
6.2	Sujeitos ativo e passivo	247
6.3	Elemento subjetivo	247
6.4	Objetos material e jurídico	247
6.5	Classificação	247
6.6	Crítica à pena excessiva e desproporcional	248
6.7	Figura equiparada do § 1.º-A.....	248
6.7.1	Sujeitos ativo e passivo	248
6.7.2	Elemento subjetivo	248
6.7.3	Objetos material e jurídico	248
6.7.4	Classificação	249
6.8	Extensão às bebidas	249
6.9	Figura culposa	249
6.10	Quadro-resumo	249
7.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	250
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	250
7.2	Sujeitos ativo e passivo	251
7.3	Elemento subjetivo	251
7.4	Objetos material e jurídico	251
7.5	Classificação	251
7.6	Crime hediondo	252
7.7	Pena desproporcional	252
7.8	Figura equiparada do § 1.º	253
7.8.1	Sujeitos ativo e passivo.....	253
7.8.2	Elemento subjetivo	253
7.8.3	Objetos material e jurídico	254
7.8.4	Classificação	254

7.9	Extensão do objeto e eventual lesão ao princípio da proporcionalidade	254
7.10	Outra extensão relativa aos produtos	255
7.10.1	Inconstitucionalidade declarada pelo Superior Tribunal de Justiça	256
7.11	Forma culposa	257
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	257
7.12	Quadro-resumo	258
8.	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida	259
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	259
8.2	Sujeitos ativo e passivo	259
8.3	Elemento subjetivo	259
8.4	Objetos material e jurídico	259
8.5	Classificação	260
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	260
8.6	Quadro-resumo	260
9.	Invólucro ou recipiente com falsa indicação	261
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	261
9.2	Sujeitos ativo e passivo	262
9.3	Elemento subjetivo	262
9.4	Objetos material e jurídico	262
9.5	Classificação	262
9.6	Quadro-resumo	262
10.	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	263
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	263
10.2	Sujeitos ativo e passivo	263
10.3	Elemento subjetivo	263
10.4	Objetos material e jurídico	263
10.5	Classificação	263
10.6	Quadro-resumo	264
11.	Substância destinada à falsificação	264
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	264
11.2	Sujeitos ativo e passivo	265
11.3	Elemento subjetivo	265
11.4	Objetos material e jurídico	265
11.5	Classificação	265
11.6	Quadro-resumo	266
12.	Outras substâncias nocivas à saúde pública	266
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	266
12.2	Sujeitos ativo e passivo	267
12.3	Elemento subjetivo	267
12.4	Objetos material e jurídico	267
12.5	Classificação	267
12.6	Figura culposa	267
12.7	Quadro-resumo	268

13. Medicamento em desacordo com receita médica	268
13.1 Estrutura do tipo penal incriminador	268
13.2 Sujeitos ativo e passivo	268
13.3 Elemento subjetivo	269
13.4 Objetos material e jurídico	269
13.5 Classificação	269
13.6 Forma culposa	269
13.7 Falha legislativa	269
<i>Jurisprudência selecionada</i>	269
13.8 Quadro-resumo	270
14. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica	271
14.1 Estrutura do tipo penal incriminador	271
14.2 Sujeitos ativo e passivo	271
14.3 Elemento subjetivo	271
14.4 Objetos material e jurídico	272
14.5 Classificação	272
14.6 Quadro-resumo	272
15. Charlatanismo.....	273
15.1 Estrutura do tipo penal incriminador	273
15.2 Sujeitos ativo e passivo	273
15.3 Elemento subjetivo	274
15.4 Objetos material e jurídico	274
15.5 Classificação	274
15.6 Quadro-resumo	274
16. Curandeirismo.....	275
16.1 Estrutura do tipo penal incriminador	275
16.2 Sujeitos ativo e passivo	276
16.3 Elemento subjetivo	276
16.4 Objetos material e jurídico	276
16.5 Classificação	276
16.6 Diferença do charlatanismo e do curandeirismo.....	277
16.7 Forma qualificada.....	277
16.8 Quadro-resumo	277
<i>Resumo do capítulo</i>	278

PARTE 4

CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Capítulo I – Crimes contra a Paz Pública	285
1. Incitação ao crime	285
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	285
1.2 Sujeitos ativo e passivo	286
1.3 Elemento subjetivo	287
1.4 Objetos material e jurídico	287
1.5 Classificação	287

1.6	Concurso de pessoas	287
1.7	Animosidade entre as Forças Armadas e outros poderes constitucionais	288
1.8	Quadro-resumo	288
2.	Apologia de crime ou criminoso	289
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	289
2.2	Sujeitos ativo e passivo	290
2.3	Elemento subjetivo	290
2.4	Objetos material e jurídico	290
2.5	Classificação	290
2.6	Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações	290
2.7	Quadro-resumo	291
3.	Associação criminosa	292
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	292
3.1.1	Quadrilha ou bando	294
3.1.2	Finalidade específica	295
3.2	Sujeitos ativo e passivo	296
3.3	Elemento subjetivo	296
3.4	Objetos material e jurídico	296
3.5	Classificação	296
3.6	Prática de crime continuado	296
3.7	Concurso de pessoas	297
3.8	Concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância	297
3.9	Pena diferenciada	297
3.10	Prova autônoma dos crimes	298
3.11	Causa de aumento de pena do parágrafo único	298
3.12	Quadro-resumo	298
4.	Constituição de milícia privada	299
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	299
4.2	Sujeitos ativo e passivo	300
4.3	Elemento subjetivo	300
4.4	Objetos material e jurídico	300
4.5	Classificação	300
4.6	Penas elevadas	301
4.7	Quadro-resumo	301
	<i>Resumo do capítulo</i>	302

PARTE 5

CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I – Da Moeda Falsa	305
1. Conceito de fé pública	305
2. Proteção internacional	307

3.	Moeda falsa.....	307
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	307
3.2	Sujeitos ativo e passivo	308
3.3	Elemento subjetivo	308
3.4	Objetos material e jurídico	309
3.5	Aplicação do princípio da insignificância	309
3.6	Classificação	309
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	310
3.7	Figuras correlatas do § 1.º	310
3.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	310
3.7.1.1	Falsificação grosseira	311
3.7.2	Sujeitos ativo e passivo	311
3.7.3	Elemento subjetivo.....	312
3.7.4	Objetos material e jurídico.....	312
3.7.5	Classificação	312
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	313
3.8	Figura correlata do § 2.º	313
3.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	313
3.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	314
3.8.3	Elemento subjetivo	314
3.8.4	Objetos material e jurídico.....	315
3.8.5	Classificação	315
3.9	Figura qualificada do § 3.º	315
3.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	315
3.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	316
3.9.3	Elemento subjetivo.....	316
3.9.4	Objetos material e jurídico.....	316
3.9.5	Classificação	317
3.10	Figura equiparada ao § 3.º, prevista no § 4.º.....	317
3.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	317
3.10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	318
3.10.3	Elemento subjetivo.....	319
3.10.4	Objetos material e jurídico.....	319
3.10.5	Classificação	319
3.11	Quadro-resumo	319
4.	Crimes assimilados ao de moeda falsa	320
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	320
4.2	Sujeitos ativo e passivo	321
4.3	Elemento subjetivo	321
4.4	Objetos material e jurídico	321
4.5	Classificação	321
4.6	Figura qualificada prevista no parágrafo único	322
4.7	Quadro-resumo	322

5.	Petrechos para falsificação de moeda	323
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	323
5.2	Sujeitos ativo e passivo	323
5.3	Elemento subjetivo	323
5.4	Objetos material e jurídico	323
5.5	Classificação	323
5.6	Delito subsidiário	324
5.7	Quadro-resumo	324
6.	Emissão de título ao portador sem permissão legal	325
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	325
6.2	Sujeitos ativo e passivo	326
6.3	Elemento subjetivo	326
6.4	Objetos material e jurídico	326
6.5	Classificação	326
6.6	Figura privilegiada do parágrafo único	327
6.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	327
6.6.2	Sujeitos ativo e passivo	327
6.6.3	Elemento subjetivo	327
6.6.4	Objetos material e jurídico	327
6.6.5	Classificação	327
6.7	Quadro-resumo	328
	<i>Resumo do capítulo</i>	328

Capítulo II – Falsidade de Títulos e Outros Papéis Públicos

1.	Falsificação de papéis públicos	331
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	331
1.2	Sujeitos ativo e passivo	333
1.3	Elemento subjetivo	333
1.4	Objetos material e jurídico	333
1.5	Classificação	333
1.6	Figuras de equiparação previstas no § 1.º	334
1.6.1	Inciso I	334
1.6.1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	334
1.6.1.2	Sujeitos ativo e passivo	334
1.6.1.3	Elemento subjetivo	334
1.6.1.4	Objetos material e jurídico	334
1.6.1.5	Classificação	334
1.6.2	Inciso II	335
1.6.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	335
1.6.2.2	Sujeitos ativo e passivo	335
1.6.2.3	Elemento subjetivo	335
1.6.2.4	Objetos material e jurídico	335
1.6.2.5	Classificação	335
1.6.3	Inciso III	336

1.6.3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	336
1.6.3.2	Sujeitos do crime	336
1.6.3.3	Elemento subjetivo	336
1.6.3.4	Classificação	336
1.6.3.5	Excessiva cautela legislativa	336
1.6.3.6	Crime contra a ordem tributária	337
1.7	Figura prevista no § 2.º.....	337
1.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	337
1.7.2	Sujeitos ativo e passivo	337
1.7.3	Elemento subjetivo.....	337
1.7.4	Objetos material e jurídico	338
1.7.5	Classificação	338
1.7.6	Confronto com figura típica mais recente	338
1.8	Figura prevista no § 3.º.....	338
1.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	338
1.8.2	Confronto com figura típica mais recente	338
1.9	Figura prevista no § 4.º.....	338
1.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	338
1.9.2	Sujeitos ativo e passivo	339
1.9.3	Elemento subjetivo	339
1.9.4	Objetos material e jurídico	339
1.9.5	Classificação	339
1.9.6	Confronto com figura típica mais recente	339
1.10	Comércio irregular ou clandestino	339
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	340
1.11	Quadro-resumo	340
2.	Petrechos de falsificação.....	342
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	342
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	342
2.3	Elemento subjetivo.....	343
2.4	Objetos material e jurídico	343
2.5	Classificação	343
2.5.1	Fato anterior não punível	343
2.6	Confronto com lei especial	343
2.7	Causa de aumento da pena	343
2.8	Quadro-resumo.....	344
	<i>Resumo do capítulo</i>	344
	Capítulo III – Falsidade Documental	347
1.	Falsificação de selo ou sinal público	347
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	347
1.2	Sujeitos ativo e passivo	349
1.3	Elemento subjetivo	349
1.4	Objetos material e jurídico	349
1.5	Classificação	349

1.6	Figura equiparada do § 1.º	349
1.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	349
1.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	350
1.6.3	Elemento subjetivo	350
1.6.4	Objetos material e jurídico	350
1.6.5	Classificação	351
1.7	Causa de aumento de pena	351
1.8	Quadro-resumo	351
2.	Falsificação de documento público.....	352
2.1	Maior proteção aos documentos públicos	352
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador	352
2.2.1	Documento formal e substancialmente público e formalmente público e substancialmente privado	354
2.2.2	Relevância jurídica do documento	354
2.2.3	Fotocópias sem autenticação	354
2.2.4	Falsidade grosseira	354
2.3	Sujeitos ativo e passivo	354
2.4	Elemento subjetivo	355
2.5	Objetos material e jurídico	355
2.6	Classificação	355
2.7	Crime de perigo abstrato	355
2.8	Exame de corpo de delito	355
2.9	Concurso de estelionato e falsidade	355
2.10	Concurso de falsificação e uso de documento falso	355
2.11	Concurso da falsidade com apropriação indébita ou outro crime patrimonial	356
2.12	Falsificação de certidão ou atestado emitido por escola	356
2.13	Causa de aumento de pena do § 1.º	356
2.14	Documento público por equiparação do § 2.º.....	356
2.14.1	Entidade paraestatal	356
2.15	Figuras equiparadas do § 3.º.....	357
2.15.1	Estrutura do tipo penal incriminador	357
2.15.1.1	Falsidade ideológica no contexto da falsidade material	359
2.16	Figura omissiva do § 4.º.....	359
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	360
2.17	Quadro-resumo	361
3.	Falsificação de documento particular.....	362
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	362
3.2	Sujeitos ativo e passivo	363
3.3	Elemento subjetivo.....	363
3.4	Potencialidade da falsidade para causar prejuízo	363
3.5	Objetos material e jurídico	363
3.6	Classificação	363

3.6.1	Crime de perigo abstrato	364
3.6.2	Documento particular por equiparação conforme parágrafo único.....	364
3.7	Quadro-resumo	364
4.	Falsidade ideológica	365
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	365
4.1.1	Documento sem assinatura.....	366
4.1.2	Contrato com “laranjas”	366
4.1.3	Petição de advogado	366
4.1.4	Declaração de pobreza para obter os benefícios da justiça gratuita	366
4.1.5	Procuração <i>ad judicium</i>	367
4.1.6	Declaração cadastral para qualquer fim	367
4.1.7	Laudo médico	367
4.1.8	Declaração particular prestada em cartório de notas	367
4.2	Sujeitos ativo e passivo	367
4.3	Elemento subjetivo	367
4.4	Objetos material e jurídico	367
4.5	Classificação	368
4.6	Diferenças entre falsidade material e ideológica	368
4.7	Exame pericial	368
4.8	Falsificação de Carteira de Trabalho e Previdência Social	368
4.9	Falsificação em folha de papel em branco.....	369
4.10	Causa de aumento de pena	369
4.11	Segunda causa de aumento de pena	370
4.12	Assentamento de registro civil	370
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	370
4.13	Quadro-resumo	371
5.	Falso reconhecimento de firma ou letra.....	371
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	371
5.2	Sujeitos ativo e passivo	372
5.3	Elemento subjetivo	372
5.4	Objetos material e jurídico	372
5.5	Classificação	372
5.6	Quadro-resumo	373
6.	Certidão ou atestado ideologicamente falso	373
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	373
6.2	Sujeitos ativo e passivo	374
6.3	Elemento subjetivo	375
6.4	Objetos material e jurídico	375
6.5	Classificação	375
6.6	Falsidade material de atestado ou certidão.....	375
6.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	375
6.6.2	Sujeitos ativo e passivo	375
6.6.3	Elemento subjetivo	375

6.6.4	Habilitação de terceira pessoa, e não do próprio agente	376
6.6.5	Objetos material e jurídico	376
6.6.6	Classificação	376
6.6.7	Crítica à brandura da pena	376
6.7	Figura qualificada	376
6.8	Quadro-resumo	377
7.	Falsidade de atestado médico	377
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	377
7.2	Sujeitos ativo e passivo	378
7.3	Elemento subjetivo	378
7.4	Objetos material e jurídico.....	378
7.5	Classificação	378
7.6	Crítica à brandura da pena	378
7.7	Figura qualificada	378
7.8	Quadro-resumo.....	378
8.	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	379
8.1	Substituição	379
8.2	Quadro-resumo.....	379
9.	Uso de documento falso	380
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	380
9.2	Sujeitos ativo e passivo	380
9.3	Elemento subjetivo	380
9.4	Papéis constantes nos arts. 297 a 302.....	380
9.4.1	Exame de corpo de delito	380
9.5	Dúvida quanto à falsidade.....	381
9.5.1	Carteira de habilitação falsa	381
9.6	Objetos material e jurídico	381
9.7	Classificação	381
9.8	Apresentação espontânea, exigência e apreensão pela autoridade	381
9.9	Exigência de apresentação por autoridade incompetente	382
9.10	Documento falso para escapar da prisão	382
9.11	Desistência voluntária	382
9.12	Concurso com o crime de falsidade	382
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	383
9.13	Quadro-resumo	383
10.	Supressão de documento	384
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	384
10.2	Sujeitos ativo e passivo	384
10.3	Elemento subjetivo.....	385
10.4	Autenticidade do documento	385
10.5	Objetos material e jurídico	385
10.6	Classificação	385
10.7	Diferença entre supressão do documento, dano e furto	385
10.8	Diferença entre os crimes de supressão de documento e sonegação de papel ou objeto de valor probatório	386

<i>Jurisprudência selecionada</i>	386
10.9 Quadro-resumo	386
<i>Resumo do capítulo</i>	387

Capítulo IV – Outras Falsidades..... 389

1. Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	389
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	389
1.2 Sujeitos ativo e passivo	390
1.3 Elemento subjetivo.....	390
1.4 Objetos material e jurídico	390
1.5 Classificação	390
1.6 Figura privilegiada do parágrafo único.....	390
1.7 Quadro-resumo.....	391
2. Falsa identidade	391
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	391
2.1.1 Autodefesa	392
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	393
2.3 Elemento subjetivo	393
2.4 Objetos material e jurídico	393
2.5 Classificação	393
2.6 Delito subsidiário	393
2.7 Confronto com a contravenção penal do art. 68 do Decreto-lei 3.688/41	393
<i>Jurisprudência selecionada</i>	394
2.8 Outra forma de falsa identidade.....	394
2.8.1 Estrutura do tipo penal incriminador	394
2.8.1.1 Alteração de fotografia do documento	395
2.8.2 Sujeitos ativo e passivo	395
2.8.3 Elemento subjetivo	395
2.8.4 Objetos material e jurídico.....	396
2.8.5 Classificação	396
2.8.6 Delito subsidiário	396
2.9 Quadro-resumo	396
3. Fraude de lei sobre estrangeiros	397
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	397
3.2 Sujeitos ativo e passivo	397
3.3 Elemento subjetivo	397
3.4 Objetos material e jurídico	397
3.5 Classificação	397
3.6 Forma qualificada prevista no parágrafo único do art. 309.....	398
3.6.1 Estrutura do tipo penal incriminador	398
3.6.2 Sujeitos ativo e passivo	398
3.6.3 Elemento subjetivo	398

3.6.4	Objetos material e jurídico	398
3.6.5	Classificação	398
3.7	Outra forma de fraude de lei sobre estrangeiros prevista no art. 310 do CP.....	398
3.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	398
3.7.2	Sujeitos ativo e passivo	399
3.7.3	Elemento subjetivo	399
3.7.4	Objetos material e jurídico	399
3.7.5	Classificação	399
3.8	Quadro-resumo.....	400
4.	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor.....	400
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	400
4.1.1	Placa fria fornecida pelo órgão de trânsito	401
4.1.2	Falsidade grosseira com fita adesiva	401
4.2	Sujeitos ativo e passivo	402
4.3	Elemento subjetivo	402
4.4	Objetos material e jurídico	402
4.5	Classificação	402
4.6	Causa de aumento	402
4.7	Hipótese de participação material	402
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	402
4.8	Quadro-resumo	403
	<i>Resumo do capítulo</i>	404
	Capítulo V – Fraudes em Certames de Interesse Público	407
1.	Indevida inserção no Título X (dos crimes contra a fé pública)	407
2.	Titulação equivocada	408
3.	Rubrica do crime	408
4.	Fraudes em certames de interesse público	408
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	408
4.1.1	Cola eletrônica.....	410
4.2	Sujeitos ativo e passivo	411
4.3	Elemento subjetivo	411
4.4	Objetos material e jurídico	411
4.5	Classificação	411
4.6	Forma similar prevista no § 1.º.....	411
4.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	411
4.6.2	Sujeitos ativo e passivo	412
4.6.3	Elemento subjetivo	412
4.6.4	Objetos material e jurídico	412
4.6.5	Classificação	412
4.7	Forma qualificada pelo resultado prevista no § 2.º.....	412
4.8	Causa de aumento de pena prevista no § 3.º	413
	<i>Resumo do capítulo</i>	413

PARTE 6

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I – Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral

1. Conceito de Administração Pública	417
2. Peculato.....	417
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	417
2.1.1 Funcionário que recebe dinheiro ou outro valor de particular e aplica na própria repartição	419
2.2 Sujeitos ativo e passivo	420
2.3 Elemento subjetivo	420
2.3.1 Peculato de uso	420
2.4 Objetos material e jurídico	421
2.5 Classificação.....	421
2.6 Concurso de pessoas	421
2.7 Aplicação da defesa preliminar	421
2.8 Estado de necessidade.....	422
2.9 Figura equiparada prevista no § 1.º	422
2.9.1 Estrutura do tipo penal incriminador	422
2.10 Peculato culposo.....	423
2.10.1 Causa de extinção da punibilidade ou de redução da pena....	423
<i>Jurisprudência selecionada</i>	424
2.11 Quadro-resumo	424
3. Peculato mediante erro de outrem	425
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	425
3.2 Sujeitos ativo e passivo	427
3.3 Elemento subjetivo	427
3.4 Objetos material e jurídico	427
3.5 Classificação	427
3.6 Defesa preliminar	428
3.7 Quadro-resumo	428
4. Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	428
4.1 Figura semelhante ao peculato impróprio	428
4.2 Estrutura do tipo penal incriminador	429
4.3 Sujeitos ativo e passivo	430
4.4 Elemento subjetivo	430
4.5 Objetos material e jurídico	430
4.6 Classificação	430
4.7 Defesa preliminar	430
4.8 Quadro-resumo	431
5. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	431
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador	431
5.2 Sujeitos ativo e passivo	432

5.3	Elemento subjetivo	432
5.4	Objetos material e jurídico.....	432
5.5	Classificação	432
5.6	Defesa preliminar	432
5.7	Causa de aumento de pena do parágrafo único.....	432
5.8	Quadro-resumo	433
6.	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.....	433
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	433
6.2	Sujeitos ativo e passivo	434
6.3	Elemento subjetivo	434
6.4	Objetos material e jurídico	434
6.5	Classificação	434
6.6	Delito subsidiário	435
6.7	Defesa preliminar	435
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	435
6.8	Quadro-resumo	436
7.	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	436
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	436
7.2	Sujeitos ativo e passivo	437
7.3	Elemento subjetivo	437
7.4	Objetos material e jurídico.....	437
7.5	Classificação.....	437
7.6	Defesa preliminar	438
7.7	Quadro-resumo	438
8.	Concussão	438
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	438
8.2	Sujeitos ativo e passivo	440
8.3	Elemento subjetivo	440
8.4	Objetos material e jurídico	440
8.5	Classificação.....	440
8.6	Prisão em flagrante	441
8.6.1	Flagrante e crime impossível	441
8.7	Defesa preliminar	442
8.8	Conceito de exação	442
8.9	Figura equiparada (art. 316, § 1.º).....	442
8.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	442
8.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	443
8.9.3	Elemento subjetivo	443
8.9.4	Objetos material e jurídico.....	443
8.9.5	Classificação	443
8.9.6	Defesa preliminar	444
8.10	Excesso de exação por desvio (art. 316, § 2.º)	444
8.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	444
8.10.2	Sujeitos ativo e passivo	445

8.10.3	Elemento subjetivo	445
8.10.4	Objetos material e jurídico	445
8.10.5	Classificação	445
8.10.6	Defesa preliminar	445
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	445
8.11	Quadro-resumo	446
9.	Corrupção passiva	446
9.1	Introdução	446
9.2	Estrutura do tipo penal incriminador	449
9.2.1	Ausência de menção à expressão ato de ofício	451
9.2.2	Princípio da insignificância	452
9.2.3	Vantagem indevida idônea	452
9.2.4	Aspectos da consumação e a cifra negra da corrupção	452
9.2.5	Alinhamentos históricos	453
9.3	Sujeitos ativo e passivo	454
9.4	Elemento subjetivo	454
9.5	Objetos material e jurídico	454
9.6	Classificação	454
9.7	Concurso de pessoas	455
9.8	Defesa preliminar	455
9.9	Causa de aumento da pena o § 1.º	455
9.10	Figura privilegiada	455
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	456
9.11	Quadro-resumo	456
10.	Facilitação de contrabando ou descaminho	457
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	457
10.2	Sujeitos ativo e passivo	458
10.3	Elemento subjetivo	458
10.4	Objetos material e jurídico	458
10.5	Classificação	458
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	458
10.6	Defesa preliminar	459
10.7	Quadro-resumo	459
11.	Prevaricação	459
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	459
11.2	Sujeitos ativo e passivo	460
11.3	Elemento subjetivo	461
11.4	Objetos material e jurídico	461
11.5	Classificação	461
11.6	Defesa preliminar	461
11.7	Quadro-resumo	461
12.	Prevaricação em presídio do art. 319-A	462
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	462
12.2	Sujeitos ativo e passivo	464

12.3	Elemento subjetivo	465
12.4	Objetos material e jurídico	465
12.5	Classificação	465
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	465
12.6	Defesa preliminar	466
12.7	Quadro-resumo	466
13.	Condescendência criminosa	466
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	466
13.2	Sujeitos ativo e passivo	467
13.3	Elemento subjetivo	468
13.4	Objetos material e jurídico	468
13.5	Classificação	468
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	468
13.6	Defesa preliminar	468
13.7	Quadro-resumo	468
14.	Advocacia administrativa	469
14.1	Estrutura do tipo penal incriminador	469
14.2	Sujeitos ativo e passivo	470
14.3	Elemento subjetivo	470
14.4	Objetos material e jurídico	470
14.5	Classificação	470
14.6	Figura qualificada	471
14.7	Defesa preliminar	471
14.8	Quadro-resumo	471
15.	Violência arbitrária	472
15.1	Revogação do art. 322 pela Lei de Abuso de Autoridade	472
15.2	Estrutura do tipo penal incriminador	472
15.3	Sujeitos ativo e passivo	472
15.4	Elemento subjetivo	472
15.5	Objetos material e jurídico	473
15.6	Classificação	473
15.7	Concurso de crimes	473
15.8	Defesa preliminar	473
15.9	Quadro-resumo	473
16.	Abandono de função	474
16.1	Estrutura do tipo penal incriminador	474
16.2	Sujeitos ativo e passivo	474
16.3	Elemento subjetivo	474
16.4	Objetos material e jurídico	474
16.5	Classificação	475
16.6	Figura qualificada pelo resultado do § 1.º	475
16.7	Figura qualificada pelo local do § 2.º	475
16.8	Defesa preliminar	475
16.9	Quadro-resumo	476

17. Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.....	476
17.1 Estrutura do tipo penal incriminador	476
17.2 Sujeitos ativo e passivo	478
17.3 Elemento subjetivo	478
17.4 Objetos material e jurídico	479
17.5 Classificação	479
17.6 Defesa preliminar	479
17.7 Quadro-resumo	479
18. Violação de sigilo funcional	480
18.1 Estrutura do tipo penal incriminador	480
18.2 Sujeitos ativo e passivo	480
18.3 Elemento subjetivo.....	480
18.4 Objetos material e jurídico	480
18.5 Classificação	481
18.6 Delito subsidiário	481
18.7 Confronto com outros tipos especiais	481
18.8 Figuras equiparadas previstas no § 1.º, inciso I.....	481
18.8.1 Sujeitos ativo e passivo.....	482
18.8.2 Elemento subjetivo	482
18.8.3 Objetos material e jurídico.....	482
18.8.4 Classificação	482
18.9 Figura equiparada prevista no § 1.º, inciso II	483
18.9.1 Sujeitos ativo e passivo	483
18.9.2 Elemento subjetivo	483
18.9.3 Objetos material e jurídico.....	483
18.9.4 Classificação	483
18.10 Crime qualificado pelo resultado.....	484
18.11 Defesa preliminar	484
18.12 Quadro-resumo	484
19. Violação do sigilo de proposta de concorrência.....	485
20. Funcionário público	485
20.1 Efeitos penais	485
20.2 Conceitos de cargo, emprego ou função pública	486
20.3 Podem ser considerados funcionários públicos	486
20.3.1 Defensor dativo em convênio com órgão estatal	486
20.4 Não são considerados funcionários públicos	487
20.5 Entidade paraestatal	487
20.6 Equiparação restrita ao sujeito ativo	487
20.7 Empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública	488
20.8 Causa de aumento de pena do § 2.º	488
20.9 Quadro-resumo	488
<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>489</i>

Capítulo II – Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral....	495
1. Usurpação de função pública.....	495
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	495
1.2 Sujeitos ativo e passivo	496
1.3 Elemento subjetivo	496
1.4 Objetos material e jurídico.....	496
1.5 Classificação	496
1.6 Figura qualificada do parágrafo único	496
<i>Jurisprudência selecionada</i>	497
1.7 Quadro-resumo	497
2. Resistência	498
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	498
2.1.1 Roubo e resistência	499
2.1.2 Resistência ativa (<i>vis corporalis</i> ou <i>vis compulsiva</i>) e resistência passiva (<i>vis civilis</i>).....	499
2.1.3 Embriaguez	500
2.2 Sujeitos ativo e passivo	500
2.3 Elemento subjetivo	500
2.4 Objetos material e jurídico	500
2.5 Classificação	501
2.6 Figura qualificada do § 1.º	501
2.7 Sistema da acumulação material	501
2.8 Absorção do desacato e da desobediência	501
<i>Jurisprudência selecionada</i>	501
2.9 Quadro-resumo	502
3. Desobediência.....	502
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	502
3.2 Sujeitos ativo e passivo	503
3.3 Elemento subjetivo	503
3.4 Objetos material e jurídico.....	504
3.5 Classificação	504
3.6 Pontos particulares do crime de desobediência.....	504
3.6.1 Proibição de venda e uso de bebida alcoólica em dia de eleição	504
3.6.2 Ordem emanada de juiz impedido	505
3.6.3 Inexistência de outro tipo de punição	505
3.6.4 Descumprimento das condições impostas na suspensão condicional do processo	506
3.6.5 Descumprimento das imposições feitas ao usuário de drogas ...	506
3.6.6 Descumprimento de medida imposta com fundamento na Lei Maria da Penha	506
3.6.7 Descumprimento de convocação de militar para depor	506
3.6.8 Dever da vítima de colaborar com a investigação ou processo criminal.....	506
3.6.9 Autoacusação	507

3.6.10	Ordem dada por autoridade (juiz criminal, delegado ou CPI) à testemunha ou ao indiciado ou réu para depor.....	507
3.6.11	Sigilo médico e recusa em fornecer dados sobre o paciente ..	507
3.6.12	Sigilo do advogado	508
3.6.13	Identificação dactiloscópica	508
3.6.14	Distinção do delito de desobediência e da contravenção de recusa de dados sobre a própria identidade ou qualificação.....	509
3.6.15	Embriaguez	510
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	510
3.7	Quadro-resumo	510
4.	Desacato.....	511
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	511
4.2	Sujeitos ativo e passivo	512
4.2.1	Pluralidade de funcionários ofendidos	513
4.3	Elemento subjetivo	513
4.4	Objetos material e jurídico	513
4.5	Classificação	514
4.6	Concurso de crimes	514
4.7	Indiferença do ofendido	514
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	514
4.8	Quadro-resumo	515
5.	Tráfico de influência	515
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	515
5.2	Sujeitos ativo e passivo	516
5.3	Elemento subjetivo	517
5.4	Objetos material e jurídico	517
5.5	Classificação	517
5.6	Causa de aumento da pena nos termos do parágrafo único.....	518
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	518
5.7	Quadro-resumo	518
6.	Corrupção ativa	519
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	519
6.1.1	A questão referente à conduta dar	520
6.2	Sujeitos ativo e passivo	521
6.3	Elemento subjetivo	521
6.4	Objetos material e jurídico	521
6.5	Classificação	521
6.6	Crime bilateral	522
6.7	Aumento de pena do parágrafo único.....	522
6.8	Princípio da insignificância	522
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	522
6.9	Quadro-resumo	523
7.	Descaminho	523
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	523
7.2	Sujeitos ativo e passivo	525
7.3	Elemento subjetivo	525

7.4	Objetos material e jurídico	525
7.5	Classificação	526
7.6	Princípio da insignificância	526
7.6.1	Intervenção mínima.....	526
7.7	Habitualidade delitiva.....	527
7.8	Descaminho e violação de direitos autorais.....	527
7.9	Figuras típicas correlatas do § 1.º.....	527
7.9.1	Sujeitos ativo e passivo	528
7.9.2	Elemento subjetivo	528
7.9.3	Diferença entre introdução clandestina e importação fraudu- lenta	529
7.9.4	Classificação	529
7.9.5	Inciso IV do § 1.º.....	529
7.9.5.1	Sujeitos ativo e passivo	530
7.9.5.2	Elemento subjetivo	530
7.9.5.3	Confronto com a receptação	530
7.9.5.4	Objetos material e jurídico	530
7.9.5.5	Classificação	530
7.10	Figura de equiparação do § 2.º	530
7.10.1	Habitualidade	531
7.11	Causa de aumento do § 3.º.....	531
7.12	Procedimento administrativo e ação penal	531
7.13	Prova pericial	532
7.14	Crime impossível.....	532
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	532
7.15	Quadro-resumo	532
8.	Contrabando	533
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	533
8.2	Sujeitos ativo e passivo	534
8.3	Elemento subjetivo	534
8.4	Objetos material e jurídico.....	534
8.5	Classificação.....	534
8.6	Princípio da insignificância no contrabando	534
8.7	Figuras equiparadas do § 1.º.....	535
8.8	Confronto com a receptação	536
8.9	Figura de equiparação.....	536
8.10	Causa de aumento	536
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	537
8.11	Quadro-resumo	537
9.	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência.....	538
9.1	Revogação deste tipo penal pela Lei 8.666/93	538
9.2	Quadro-resumo	538
10.	Inutilização de edital ou de sinal	539
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	539

10.2	Sujeitos ativo e passivo	539
10.3	Elemento subjetivo	540
10.4	Objetos material e jurídico	540
10.5	Classificação	540
10.6	Quadro-resumo	540
11.	Subtração ou inutilização de livro ou documento	541
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	541
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	542
11.3	Elemento subjetivo	542
11.4	Objetos material e jurídico	542
11.5	Classificação	542
11.6	Crime subsidiário	542
11.7	Quadro-resumo.....	542
12.	Sonegação de contribuição previdenciária	543
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	543
12.1.1	Condição objetiva de punibilidade	543
12.2	Sujeitos ativo e passivo	544
12.3	Elemento subjetivo.....	544
12.4	Estrutura do tipo penal incriminador do inciso I.....	544
12.5	Objetos material e jurídico	545
12.6	Classificação	545
12.7	Figura prevista no inciso II	545
12.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	545
12.7.2	Objetos material e jurídico	546
12.7.3	Classificação	546
12.8	Figura prevista no inciso III.....	547
12.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	547
12.8.2	Objetos material e jurídico.....	547
12.8.3	Classificação.....	547
12.9	Competência.....	548
12.10	Causa de extinção da punibilidade	548
12.11	Não aplicação do art. 34 da Lei 9.249/95	550
12.12	Perdão judicial ou figura privilegiada	550
12.13	Valor devido de pouca monta	551
12.14	Critério para a escolha do juiz	551
12.15	Causa de diminuição da pena ou privilégio	551
12.16	Reajuste do valor de referência da folha de pagamento (§ 4.º)	552
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	552
12.17	Quadro-resumo	552
	<i>Resumo do capítulo</i>	554

Capítulo III – Crimes Praticados por Particular contra a Administração Pública

Estrangeira	559
1. Origem das figuras típicas	559
2. Corrupção Ativa em Transação Comercial Internacional	560

2.1	Figura típica similar	560
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador	560
2.3	Tipo misto alternativo	561
2.4	Sujeitos ativo e passivo.....	561
2.4.1	Pessoa jurídica como sujeito ativo	561
2.4.2	Participação	562
2.5	Elemento subjetivo	562
2.6	Objetos material e jurídico	562
2.7	Classificação	563
2.8	Não configuração de crime bilateral	563
2.9	Causa de aumento de pena do parágrafo único	564
2.10	Quadro-resumo	564
3.	Tráfico de influência em transação comercial internacional.....	565
3.1	Figura similar	565
3.2	Estrutura do tipo penal incriminador	565
3.3	Sujeitos ativo e passivo	566
3.4	Elemento subjetivo.....	566
3.5	Objetos material e jurídico	566
3.6	Classificação	566
3.7	Causa de aumento de pena do parágrafo único	567
3.8	Quadro-resumo	567
4.	Funcionário público estrangeiro	567
4.1	Conceito de funcionário público estrangeiro	567
4.2	Cargo, emprego e função pública	568
4.3	Equiparações feitas pelo parágrafo único	569
4.4	Quadro-resumo	569
	<i>Resumo do capítulo</i>	570
Capítulo IV – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos		571
1.	Fundamento constitucional	571
2.	Conceitos básicos	571
3.	Contratação direta ilegal.....	572
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	572
3.2	Sujeitos ativo e passivo	575
3.3	Elemento subjetivo.....	576
3.4	Objetos material e jurídico.....	576
3.5	Classificação.....	576
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	576
3.6	Quadro-resumo	577
4.	Frustração do caráter competitivo de licitação.....	578
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	578
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	578
4.3	Elemento subjetivo.....	578
4.4	Objetos material e jurídico.....	578
4.5	Classificação.....	579

<i>Jurisprudência selecionada</i>	579
4.6 Quadro-resumo	579
5. Patrocínio de contratação indevida	580
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador	580
5.2 Sujeitos ativo e passivo.....	580
5.3 Elemento subjetivo.....	581
5.4 Objetos material e jurídico.....	581
5.5 Classificação	581
5.6 Condições objetivas de punibilidade.....	581
5.7 Quadro-resumo	582
6. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo.....	582
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador	582
6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	583
6.3 Elemento subjetivo	583
6.4 Objetos material e jurídico.....	583
6.5 Classificação	583
<i>Jurisprudência selecionada</i>	584
6.6 Quadro-resumo	584
7. Perturbação do processo licitatório	585
7.1 Estrutura do tipo penal incriminador	585
7.2 Sujeitos ativo e passivo	585
7.3 Elemento subjetivo	585
7.4 Objetos material e jurídico	586
7.5 Classificação	586
7.6 Quadro-resumo	586
8. Violação de sigilo em licitação	586
8.1 Estrutura do tipo penal incriminador	586
8.2 Sujeitos ativo e passivo	587
8.3 Elemento subjetivo	587
8.4 Objetos material e jurídico	587
8.5 Classificação	587
8.6 Quadro-resumo	588
9. Afastamento de licitante	588
9.1 Estrutura do tipo penal incriminador	588
9.2 Sujeitos ativo e passivo.....	589
9.3 Elemento subjetivo	589
9.4 Objetos material e jurídico	589
9.5 Classificação.....	589
9.6 Sistema da acumulação material	590
<i>Jurisprudência selecionada</i>	590
9.7 Quadro-resumo	590
10. Fraude em licitação ou contrato	591
10.1 Estrutura do tipo penal incriminador	591
10.2 Sujeitos ativo e passivo	593
10.3 Elemento subjetivo	593

10.4	Objetos material e jurídico	593
10.5	Classificação	593
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	593
10.6	Quadro-resumo	594
11.	Contratação inidônea.....	594
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	594
11.2	Sujeitos ativo e passivo	596
11.3	Elemento subjetivo	596
11.4	Objetos material e jurídico	596
11.5	Classificação.....	596
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	596
11.6	Quadro-resumo	597
12.	Impedimento indevido	598
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	598
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	598
12.3	Elemento subjetivo	598
12.4	Objetos material e jurídico	599
12.5	Classificação	599
12.6	Quadro-resumo	599
13.	Omissão grave de dado ou de informação por projetista	600
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	600
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	602
13.3	Elemento subjetivo	602
13.4	Objetos material e jurídico	603
13.5	Classificação.....	603
13.6	Aplicação da pena de multa	603
13.7	Quadro-resumo	604
	<i>Resumo do capítulo</i>	605
Capítulo V – Crimes contra a Administração da Justiça		609
1.	Reingresso de estrangeiro expulso	609
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	609
1.2	Sujeitos ativo e passivo	610
1.3	Elemento subjetivo.....	610
1.4	Diferenças entre repatriação, deportação, expulsão e extradição	610
1.5	Objetos material e jurídico	612
1.6	Classificação	612
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	612
1.7	Quadro-resumo	612
2.	Denúnciação caluniosa.....	613
2.1	Crime complexo	613
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador	613
2.3	Sujeitos ativo e passivo	617
2.3.1	Autoridade que age de ofício	617
2.3.2	Término da investigação ou ação	617

2.3.3	Confronto da denúncia caluniosa com o delito previsto no art. 19 da Lei 8.429/92	618
2.3.4	Elemento subjetivo	618
2.3.4.1	Inocência do imputado	618
2.3.5	Crime impossível	619
2.3.6	Autodefesa de réu em processo ou indiciado em inquérito ..	619
2.3.7	O silêncio como forma de imputação.....	620
2.3.8	Conhecimento posterior da inocência do acusado	621
2.3.9	Objetos material e jurídico	621
2.3.10	Classificação	622
2.3.11	Causa de aumento de pena do § 1.º	622
2.3.12	Causa de diminuição da pena do § 2.º.....	622
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	622
2.4	Quadro-resumo	623
3.	Comunicação falsa de crime ou de contravenção.....	623
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	623
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	624
3.3	Elemento subjetivo	624
3.4	Ocorrência de crime diverso.....	624
3.5	Crime impossível	625
3.6	Objetos material e jurídico.....	625
3.7	Classificação.....	625
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	625
3.8	Quadro-resumo	626
4.	Autoacusação falsa	626
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	626
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	627
4.3	Direito de mentir do réu	627
4.4	Elemento subjetivo	627
4.5	Objetos material e jurídico	628
4.6	Classificação	628
4.7	Quadro-resumo	628
5.	Falso testemunho ou falsa perícia	629
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	629
5.2	Sujeitos ativo e passivo	631
5.3	Elemento subjetivo	631
5.4	Objetos material e jurídico	631
5.5	Classificação	632
5.6	Recusa da testemunha em depor	632
5.7	Qualificação da testemunha	634
5.8	Opinião da testemunha	634
5.9	Direito de se calar da testemunha	634
5.10	Compromisso da testemunha de dizer a verdade	634
5.11	Concurso de pessoas no crime de falso	637

5.12	Crime de bagatela	639
5.13	Competência para apurar o crime de falso	639
5.14	Causa de aumento de pena do § 1.º	640
5.15	Condição negativa de punibilidade do § 2.º	641
5.15.1	Comunicabilidade aos coautores e partícipes	641
5.15.2	Sentença	642
5.15.3	Retratação no procedimento do júri	642
5.16	Condição para instauração do inquérito ou da ação pelo crime de falso	642
5.17	Atipicidade do falso dependente do caso concreto	642
5.18	Extinção da punibilidade por meio de <i>habeas corpus</i> de ofício	643
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	643
5.19	Quadro-resumo	644
6.	Suborno.....	644
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	644
6.2	Sujeitos ativo e passivo	645
6.3	Elemento subjetivo	645
6.4	Objetos material e jurídico.....	645
6.5	Classificação	645
6.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único.....	646
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	646
6.7	Quadro-resumo	647
7.	Coação no curso do processo	647
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	647
7.2	Sujeitos ativo e passivo	648
7.3	Elemento subjetivo	648
7.4	Objetos material e jurídico	648
7.5	Classificação.....	648
7.6	Sistema da acumulação material	649
7.7	Causa de aumento de pena	649
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	649
7.8	Quadro-resumo	649
8.	Exercício arbitrário das próprias razões.....	650
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	650
8.2	Sujeitos ativo e passivo	651
8.3	Elemento subjetivo	651
8.4	Objetos material e jurídico	651
8.5	Classificação	651
8.6	Delito de caráter subsidiário	652
8.7	Crime de ação pública ou privada	652
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	652
8.8	Quadro-resumo	652
9.	Outra forma de exercício arbitrário das próprias razões	653
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	653
9.2	Sujeitos ativo e passivo	653

9.3	Elemento subjetivo	654
9.4	Objetos material e jurídico.....	654
9.5	Classificação.....	654
9.6	Quadro-resumo	654
10.	Fraude processual.....	654
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	654
10.2	Sujeitos ativo e passivo	655
10.3	Elemento subjetivo	656
10.4	Objetos material e jurídico	656
10.5	Classificação	656
10.6	Causa de aumento de pena do parágrafo único	656
10.7	Autodefesa do acusado	656
10.8	Absorção por crime mais grave	657
10.9	Quadro-resumo.....	657
11.	Favorecimento pessoal.....	657
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	657
11.2	Sujeitos ativo e passivo	658
11.3	Elemento subjetivo	658
11.4	Objetos material e jurídico	658
11.5	Classificação	658
11.6	Diferença entre o favorecimento e a participação	659
11.7	Viabilidade do crime anterior	659
11.8	Exercício regular de direito	659
11.9	Figura privilegiada do § 1.º	660
11.10	Escusa absolutória (imunidade absoluta)	660
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	660
11.11	Quadro-resumo.....	661
12.	Favorecimento real.....	661
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	661
12.2	Sujeitos ativo e passivo	663
12.3	Elemento subjetivo	663
12.4	Objetos material e jurídico.....	663
12.5	Classificação	663
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	663
12.6	Quadro-resumo.....	664
13.	Favorecimento real em presidio	664
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	664
13.2	Sujeitos ativo e passivo	665
13.3	Elemento subjetivo	665
13.4	Objetos material e jurídico	665
13.5	Classificação.....	665
13.6	Particularidades.....	666
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	666
13.7	Quadro-resumo.....	667
14.	Exercício arbitrário ou abuso de poder	667

15. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	667
15.1 Estrutura do tipo penal incriminador	667
15.2 Sujeitos ativo e passivo	668
15.3 Elemento subjetivo	668
15.4 Objetos material e jurídico	668
15.5 Classificação	668
15.6 Figura qualificada do § 1.º	668
15.7 Concurso de crimes e sistema da acumulação material.....	669
15.8 Figura qualificada do § 3.º	669
15.9 Forma culposa	669
<i>Jurisprudência selecionada</i>	669
15.10 Quadro-resumo	670
16. Evasão mediante violência contra pessoa.....	670
16.1 Estrutura do tipo penal incriminador	670
16.2 Sujeitos ativo e passivo	671
16.3 Elemento subjetivo	671
16.4 Objetos material e jurídico	671
16.5 Classificação	672
<i>Jurisprudência selecionada</i>	672
16.6 Quadro-resumo	672
17. Arrebatamento de preso	673
17.1 Estrutura do tipo penal incriminador	673
17.2 Sujeitos ativo e passivo	673
17.3 Elemento subjetivo	674
17.4 Objetos material e jurídico	674
17.5 Classificação	674
17.6 Quadro-resumo	674
18. Motim de presos	675
18.1 Estrutura do tipo penal incriminador	675
18.2 Sujeitos ativo e passivo	675
18.3 Elemento subjetivo	675
18.4 Objetos material e jurídico	676
18.5 Classificação.....	676
<i>Jurisprudência selecionada</i>	676
18.6 Quadro-resumo	677
19. Patrocínio infiel	677
19.1 Estrutura do tipo penal incriminador	677
19.2 Sujeitos ativo e passivo	678
19.3 Elemento subjetivo	678
19.4 Consentimento do ofendido	678
19.5 Objetos material e jurídico	679
19.6 Classificação	679
19.7 Patrocínio simultâneo ou tergiversação	679
19.7.1 Estrutura do tipo penal incriminador	679
19.7.2 Sujeitos ativo e passivo	679

19.7.3	Elemento subjetivo	680
19.7.4	Classificação	680
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	680
19.8	Quadro-resumo	680
20.	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	681
20.1	Estrutura do tipo penal incriminador	681
20.2	Sujeitos ativo e passivo	681
20.3	Elemento subjetivo	681
20.4	Restituição dos autos, documento ou objeto antes de a denúncia ser oferecida	682
20.5	Objetos material e jurídico	682
20.6	Classificação	682
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	682
20.7	Quadro-resumo	683
21.	Exploração de prestígio	683
21.1	Estrutura do tipo penal incriminador	683
21.2	Sujeitos ativo e passivo	684
21.3	Elemento subjetivo	684
21.4	Objetos material e jurídico	684
21.5	Classificação	684
21.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único	685
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	685
21.7	Quadro-resumo	685
22.	Violação ou fraude em arrematação judicial	686
22.1	Estrutura do tipo penal incriminador	686
22.2	Sujeitos ativo e passivo	686
22.3	Elemento subjetivo	686
22.4	Objetos material e jurídico	687
22.5	Classificação	687
22.6	Concurso de crimes e sistema de acumulação material	687
22.7	Quadro-resumo	687
23.	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	688
23.1	Estrutura do tipo penal incriminador	688
23.2	Sujeitos ativo e passivo	688
23.3	Elemento subjetivo	688
23.4	Objetos material e jurídico	688
23.5	Classificação	688
23.6	Descumprimento de pena alternativa	689
23.7	Suspensão condicional do processo	689
23.8	Afastamento do cônjuge do lar	689
23.9	Suspensão ou proibição de dirigir veículos	689
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	689
23.10	Quadro-resumo	690
	<i>Resumo do capítulo</i>	690

Capítulo VI – Crimes contra as Finanças Públicas	697
1. Fundamento constitucional	697
2. Contratação de operação de crédito	699
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	699
2.2 Sujeitos ativo e passivo	701
2.2.1 Presidente da República	701
2.2.2 Prefeito Municipal.....	701
2.3 Elemento subjetivo	701
2.4 Objetos material e jurídico	701
2.5 Classificação.....	701
2.6 Figuras equiparadas do parágrafo único.....	702
2.7 Norma penal em branco.....	702
2.8 Dívida consolidada cujo montante ultrapassa o limite legal	702
2.9 Quadro-resumo.....	703
3. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	704
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	704
3.2 Sujeitos ativo e passivo	705
3.3 Elemento subjetivo	705
3.4 Objetos material e jurídico	705
3.5 Classificação	705
3.6 Quadro-resumo.....	706
4. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.....	706
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	706
4.2 Sujeitos ativo e passivo	708
4.3 Elemento subjetivo	708
4.4 Objetos material e jurídico	708
4.5 Classificação	708
4.6 Exclusão de responsabilidade	709
<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>709</i>
4.7 Quadro-resumo.....	710
5. Ordenação de despesa não autorizada.....	710
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador	710
5.2 Sujeitos ativo e passivo	712
5.3 Elemento subjetivo	712
5.4 Objetos material e jurídico	712
5.5 Classificação.....	712
<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>713</i>
5.6 Quadro-resumo.....	713
6. Prestação de garantia graciosa.....	714
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador	714
6.2 Sujeitos ativo e passivo	714
6.3 Elemento subjetivo	715
6.4 Objetos material e jurídico	715
6.5 Classificação	715
6.6 Quadro-resumo.....	715

7.	Não cancelamento de restos a pagar	716
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	716
7.2	Sujeitos ativo e passivo	716
7.3	Elemento subjetivo	717
7.4	Objetos material e jurídico	717
7.5	Classificação	717
7.6	Quadro-resumo	717
8.	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legis- latura	718
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	718
8.2	Sujeitos ativo e passivo	720
8.3	Elemento subjetivo	720
8.4	Objetos material e jurídico	720
8.5	Classificação	720
8.6	Quadro-resumo	721
9.	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	721
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	721
9.2	Sujeitos ativo e passivo	722
9.3	Elemento subjetivo	722
9.4	Objetos material e jurídico	722
9.5	Classificação	722
9.6	Quadro-resumo	723
	<i>Resumo do capítulo</i>	724

PARTE 7

CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Capítulo I – Crimes contra a Soberania Nacional	729
1. Aspectos históricos	729
2. Conceito anterior de segurança nacional	730
3. Visão pragmática de segurança nacional em confronto com o crime polí- tico	731
4. Objeto jurídico da Lei 14.197/2021	732
5. Crimes políticos.....	733
6. Atentado à soberania.....	733
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador	733
6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	734
6.3 Elemento subjetivo	734
6.4 Objetos material e jurídico	734
6.5 Classificação.....	734
6.6 Causa de aumento de pena	734
6.7 Figura qualificada.....	734
6.8 Quadro-resumo	735

7.	Atentado à integridade nacional.....	735
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	735
7.2	Sujeitos ativo e passivo	736
7.3	Elemento subjetivo.....	736
7.4	Objetos material e jurídico	736
7.5	Classificação	736
7.6	Quadro-resumo.....	737
8.	Espionagem	737
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	737
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	738
8.3	Elemento subjetivo.....	738
8.4	Objetos material e jurídico	738
8.5	Classificação	738
8.6	Favorecimento pessoal específico	739
8.7	Figura qualificada.....	739
8.8	Figura privilegiada	739
8.9	Excludente de ilicitude.....	740
8.10	Quadro-resumo.....	741
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>742</i>
	Capítulo II – Crimes contra as Instituições Democráticas	743
1.	Abolição violenta do estado democrático de direito	743
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	743
1.2	Sujeitos ativo e passivo	744
1.3	Elemento subjetivo.....	744
1.4	Objetos material e jurídico	744
1.5	Classificação	744
1.6	Quadro-resumo.....	744
2.	Golpe de Estado.....	745
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	745
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	745
2.3	Elemento subjetivo.....	746
2.4	Objetos material e jurídico	746
2.5	Classificação.....	746
2.6	Quadro-resumo.....	746
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>747</i>
	Capítulo III – Crimes contra o Funcionamento das Instituições Democráticas no	
	Processo Eleitoral	749
1.	Interrupção do processo eleitoral.....	749
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	749
1.2	Sujeitos ativo e passivo	749
1.3	Elemento subjetivo.....	750
1.4	Objetos material e jurídico	750

1.5	Classificação	750
1.6	Quadro-resumo	750
2.	Art. 359-O. (Vetado)	751
3.	Violência política	752
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	752
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	753
3.3	Elemento subjetivo.....	753
3.4	Objetos material e jurídico	753
3.5	Classificação	753
3.6	Quadro-resumo	753
4.	Art. 359-Q. (Vetado)	754
	<i>Resumo do capítulo</i>	755
Capítulo IV – Crimes contra o Funcionamento dos Serviços Essenciais		757
1.	Sabotagem	757
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	757
1.2	Sujeitos ativo e passivo	757
1.3	Elemento subjetivo.....	758
1.4	Objetos material e jurídico	758
1.5	Classificação	758
1.6	Quadro-resumo	758
Capítulo V – (Vetado)		759
1.	Art. 359-S (Crimes contra a cidadania).....	759
Capítulo VI – Disposições Comuns		761
1.	Excludente de ilicitude	761
2.	Art. 359-U. (Vetado)	762
Referências Bibliográficas		765
Obras do Autor		803